



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 291.3.55.O

DATA: 04/10/17

TURNO: Noturno

TIPO DA SESSÃO: Deliberativa

Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 19h34min

TÉRMINO: 23h33min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 291ª Sessão, em 04 de outubro de 2017

Presidência dos Srs.:

ÀS 19 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 473 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço novo painel.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Será aberto novo painel.

O SR. CARLOS ZARATTINI - O PT solicita a todos os Deputados e Deputadas que compareçam ao plenário para que nós votemos rapidamente.

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 74 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.



PROJETO DE LEI N.º 8.703, DE 2017

(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8.703, de 2017, que altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão. Pendente de Parecer das Comissões: de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para oferecer parecer ao projeto pela Comissão de Finanças e Tributação, concedo a palavra ao Deputado Vicente Candido.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela Comissão de Finanças e Tributação, voto pela adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação do PL 8.703/17.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para oferecer parecer ao projeto pela Comissão de Constituição de Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Vicente Candido.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela Comissão de Constituição de Justiça e de Cidadania, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 8.703/17.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à discussão.

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

(Pausa.)

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Soraya Santos votou com o partido na última votação nominal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Heráclito Fortes votou com o partido na votação anterior.

A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Gorete Pereira votou com o partido na votação anterior.

O SR. SILVIO COSTA - Vamos dar presença! Vamos agilizar! Só há 180. Vamos correr! Vamos dar presença!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a questão do financiamento público de campanha, sob o formato de um fundo, com recursos tirados de verbas de emendas parlamentares, vai significar uma redução do orçamento dos Estados e dos Municípios nas áreas onde está havendo cortes absurdos e contingenciamentos, inclusive, na execução orçamentária do presente exercício orçamentário.

Sr. Presidente, a sociedade vem repudiando desde o início do processo de discussão essa matéria, pela Comissão Especial, exatamente porque a imagem do Congresso Nacional, a imagem dos políticos brasileiros, a forma como esta Casa funciona de costas para a sociedade, indiferente aos problemas que a população



enfrenta, é mais um fator que vai contribuir para aumentar a indignação, o desprestígio e o repúdio da sociedade. A sociedade não vai entender que se subtraíam recursos, por exemplo, do Sistema Único de Assistência Social, que terá um corte de 98% no próximo orçamento de 2018.

Estão tirando o serviço social dos postos do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS para reduzir despesas. Enquanto isso, esta Casa cria um fundo com recursos dos quais depende a saúde dos Municípios e dos Estados. E mais: vão retirar recursos do programa partidário num montante de 180 milhões.

Pode parecer pouco, mas é uma forma de todos os partidos poderem dispor desse tempo e horário partidário para poder apresentar suas propostas e dialogar com a sociedade sobre aquilo que identifica cada um dos partidos com assento nesta Casa.

O SR. RENATO ANDRADE (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Renato Andrade votou com o partido...

A SRA. LUIZA ERUNDINA - Para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É “sim” ou “não”, Deputada?

A SRA. LUIZA ERUNDINA - Portanto, o PSOL está absolutamente contrário à aprovação desse projeto do Senado, que certamente não ouviu a sociedade a respeito dessa questão. Sequer devem ter consultado seus respectivos Governadores se eles concordam que 30% dos recursos de suas emendas aprovadas por suas bancadas nesta Casa possam ter um destino do qual eles não tenham opinado a respeito, simplesmente para construir um fundo, para financiar campanhas, num momento crítico da compreensão e da aceitação da política em nosso País.



Portanto, a posição do PSOL é absolutamente contrária à criação desse fundo, porque interfere nos interesses do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia para falar a favor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu já tive a oportunidade de expressar, em outras ocasiões, que sou favorável ao retorno do projeto. O projeto foi, inclusive, de autoria de V.Exa quando Relator da reforma política no financiamento privado.

Eu estive na Alemanha, onde a democracia é madura. Lá, para que não se criem partidos do Estado, partidos unicamente governamentais, só recebem subvenção do governo alemão os partidos que recebem doação privada. Para cada euro recebido privado de empresas e de pessoas, o partido recebe 43 centavos para financiar a sua vida política e a sua campanha.

Defendo e continuarei defendendo a matéria não por acreditar que esse modelo, que está sendo votado hoje e que ficou como única alternativa viável para as eleições de 2018, seja um bom modelo. Nós vamos votar a favor, porque ele é a única solução que existe para dar oportunidade àqueles que não têm recursos ilimitados de disputar a eleição.

Portanto, somos favoráveis à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contrariamente, com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras, senhores, e principalmente aqueles que assistem à sessão neste momento, financiamento empresarial de campanha eleitoral é o pior dos mundos, é claro. Nós



já sabemos disso, a sociedade brasileira já sabe disso. Historicamente, nós sempre defendemos o financiamento público de campanhas eleitorais. Mas não o Fundo articulado por Romero Jucá. Esse Fundo. É esse Fundo articulado por Jucá que nós não aceitamos, porque você não pode sair de uma realidade de um Fundo bilionário, onde você tinha um financiamento empresarial bilionário, e você migra para um financiamento público bilionário, com um processo inclusive de discussão para favorecer os grandes partidos da ordem. É também isso que está sem jogo. Se quiserem fazer uma discussão de financiamento público de campanha, com adequações ao Fundo Partidário, com uma discussão ampla com a sociedade brasileira, com entidades da sociedade civil organizada fazendo a discussão de que valor será esse, a gente topa, e quer fazer essa discussão.

Agora, está claro, e todos nós sabemos disso, que essa proposta que está apresentada é injeção de gasolina no projeto PMDB e na coalizão governista, e, repito, principalmente, nos grandes partidos. Discutir financiamento público com seriedade, na nossa avaliação, repito, é discutir adequações ao Fundo Partidário já existente em campanhas que sejam programáticas, com o debate prevalecendo sobre o material, com a possibilidade concreta de que a gente tenha o discurso prevalecendo sobre o financiamento que ganha bases territoriais. Desse jeito, está na cara que Romero Jucá e companhia ficarão satisfeitos com o que está aqui colocado.

A gente fez questão de votar primeiro o texto do Deputado Vicente Candido no seu mérito porque estabelece tetos para o financiamento privado de campanha eleitoral, mesmo que seja individual, financiamento esse que prevalece. A gente quer uma discussão séria com o conjunto da sociedade brasileira.



O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, essa votação tem efeito administrativo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todas elas.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Todas?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali, para falar a favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este debate, de fato, não é simples, principalmente se os argumentos não forem usados de forma muito clara.

Tenho o maior respeito por quem diverge, principalmente a Esquerda, ou o Centro ou os partidos mais conservadores. Mas é preciso que utilizemos argumentos verdadeiros e sinceros. O argumento que não é verdadeiro, no sentido do seu conteúdo, este, sim, faz com que nos desgastemos na opinião pública. Às vezes, o discurso incorreto é que nos desgasta, o argumento de conteúdo errado é o que nos desgasta.

Desde que eu me entendo como militante de Esquerda, programaticamente, sempre defendemos um fundo público para as campanhas eleitorais. Até porque, apesar da regra que vigia, sobre o fundo empresarial que todos os partidos utilizaram, nós sabemos que essa regra era uma fonte importante de corrupção para muitos.

A batalha aqui dentro deste Parlamento, que muitos de nós fizemos para acabar com o financiamento empresarial, tinha essa base fundamental no argumento que a realidade demonstrou. Ao acabar se com o financiamento



empresarial nós temos que dar uma alternativa à democracia brasileira. Até porque não há democracia sem partido, não há eleição sem partido político.

Para que tenhamos um Parlamento mais representativo nós temos que dar instrumentos para que a diversidade brasileira chegue aqui. Como eu vou querer que um candidato popular, um operário de chão de fábrica, um negro da favela, uma mulher do movimento comunitário cheguem aqui? A partir de que recurso?

Se nós começarmos a discutir o financiamento de campanha sem o recurso público, chegarão aqui os endinheirados, chegarão aqui os empresários, chegarão aqui aqueles que têm poder de fogo, ou que têm sustentação de outras fontes que, talvez, não sejam declaradas.

Nós precisamos ter clareza do que estamos discutindo e votando aqui. A fonte desses recursos não são fonte da saúde e da educação. Isso não é verdade! Não é verdade! As fontes aqui são absolutamente diferentes, até porque saúde e educação têm fontes constitucionais. Aqui são fontes que absolutamente estão vinculadas aos partidos, às suas fundações partidárias e aos seus fundos próprios. Não há aqui vinculação com políticas públicas.

Por isso, o PCdoB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Deputado Chico Alencar?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com todo o respeito aos que têm medo do nu, qualquer que seja, está na hora de nos desnudarmos em termos de argumento.

O que aconteceu na sessão recém-findas? Estávamos votando — e o PSOL disse “sim”, ressalvados os destaques, em especial, desse novo fundo público,



porque defendemos o fundo já existente — propostas de legislação infraconstitucional, debatidas em Comissão, com muitas divergências, mas, afinal, de maneira exaustiva, sintetizadas pelo Relator Vicente Candido.

Pois, faltando em torno de 15 destaques para concluir aquela apreciação, sessão encerrada, teve outra convocada. E, aí, o acordo que havia acertado aqui, às claras, de encerrar essa votação do relatório Vicente Cândido para entrar no fundão do Jucá e dos Senadores, mal acostumados com grana pesada de campanha, querendo transferir as campanhas milionárias que sempre os elegem, com honrosas exceções, para os fundos públicos, entra aqui e atropela a legislação infraconstitucional, com perspectiva de se votar à meia-noite ou à 1 hora da manhã, ou seja, não se votar.

Paulinho da Viola tem um samba antológico, chamado Pecado Capital: *“Quando o jeito é se virar, cada um trata de si, e irmão desconhece irmão.”*

Então, todas as virtudes do relatório Vicente Cândido foram jogadas por terra, porque ameaça ele não ser votado aqui. Já corria o risco de jamais ser apreciado a tempo pelo Senado, agora, então, vai entrar pela madrugada e pode não haver quórum. Enfim, houve regimentalmente uma rasteira no que estava acordado, e agora a queremos denunciar aqui esse fundão por impróprio. Para quem sempre viveu de dinheiro de empreiteira, de grandes financiadores, inclusive parte da Esquerda que aderiu ao sistema milionário — e quem contrata orquestra escolhe a música —, deu no que deu, parece achar nada demais.

Nós teremos, sim, o fundo público partidário já existente, que pode ser de acordo com as necessidades do Orçamento da União, ampliado em época de campanha, mas de maneira austera.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Sr. Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a coerência é uma palavra de semântica forte, mas que tem o lado de cada um.

Coerente neste momento é compreender que existe um questionamento profundo sobre o sistema de funcionamento do sistema político brasileiro dos partidos e dos políticos e que a população questiona exatamente por um ponto central. São diversos, mas tem um que é eixo, que são as denúncias de uso de recursos públicos, via caixa 2, para financiar as campanhas eleitorais.

Esse é o eixo hoje do grande desgaste da população brasileira em relação aos políticos.

Desconhecer que precisamos de uma forma legal de financiar a campanha significa continuar coerente com um sistema questionado pela população brasileira e dizer que sim, que os políticos continuarão buscando subterfúgios, falsidades, falta de caminhos transparentes para financiar as suas campanhas. Vir aqui dizer que é contra tirar dinheiro da educação, da saúde, para financiar a campanha política é falsear a discussão, porque a discussão real é: nós queremos a democracia, ou queremos fazer coro com esses que estão pedindo o fim da democracia brasileira?

Nós queremos dar às pessoas a possibilidade de votar em todos aqueles que querem ser candidatos ou queremos que as pessoas não tenham a possibilidade de votar?

Nós estamos discutindo que há sim um custo financeiro um país democrático, para a Justiça Eleitoral funcionar; para as urnas eletrônicas funcionarem e para os



partidos poderem apresentar um leque de candidaturas, não só para aqueles que têm condições de se autofinanciar, mas para aqueles que têm um conjunto de ideias coerentes sim e que querem defender suas posições.

Por isso, há necessidade da criação do fundo eleitoral. Não me interessa quem foi o autor do projeto de lei. Eu sei que eu batalhei na Comissão Especial da Reforma Política para que houvesse um fundo público. Chegamos ao último dia possível de votação.

E o que a realidade...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa requerimento.

Sr. Presidente,

Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 117, inciso XI, e 157, § 3º, do Regimento Interno, o encerramento da discussão e do encaminhamento do PL 8.703/17.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra à Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este é o momento crucial para a história. Nós entendemos que o fim do financiamento privado é um marco em relação ao financiamento das eleições.

Nós estamos definindo isso com base em critérios que são claros: é a isenção fiscal que faz com que as TVs garantam a exibição dos programas partidários. Isso é



recurso público. E ninguém abre mão desse recurso público para a aparição nos programas partidários de TV, afinal de contas é através do palanque eletrônico que nós nos colocamos de frente para a sociedade brasileira. Obviamente que uma parte da mídia foi dura e incisiva ao dizer que esse fundo geraria um prejuízo bilionário para os cofres públicos.

Esta Câmara, antes da aprovação do fundo, tratou de mudar os valores, tratou de reduzir à metade. O Deputado Vicente Candido, por seu turno, reduziu mais ainda. E temos hoje uma proposta factível, que não vai interferir no orçamento, em hipótese alguma, de programas educacionais, sociais ou de saúde, mas vai impedir a mendicância, vai impedir a subserviência, vai impedir as penas alugadas, vai impedir a possibilidade de os Deputados servirem de cavalo para os interesses privados. Esse é o primeiro passo. Podemos especializar no futuro essa forma de financiar a democracia, mas é impossível dizer que vamos nesta transição, porque é isso que vamos viver doravante de 2018 a 2020, que nós tenhamos condições de mudar de maneira estanque a cabeça do eleitorado e garantir o financiamento através das doações recolhidas pela Internet.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós queremos o quê? Um Parlamento de milionários? Nós queremos um Parlamento de aquinhoados? Ou queremos um Parlamento mantido pelo Fundo Cívico, anúncio deslavado de caixa dois, que já deveria ter sido, inclusive, interditado como proposta? Qualquer saudação nossa serve de multa por campanha antecipada e o Fundo Cívico é anunciado por artistas e outros não.

Votamos "sim".



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, nós queremos falar sobre o que o povo brasileiro está assistindo aqui hoje.

Reduziu-se o debate ao fundo. Esta é a verdade. E sabe qual fundo? O do Sr. Romero Jucá. O fundo do PMDB, o fundo sem limites, o fundo que tira dinheiro das emendas, que em última instância também vai para a saúde e a educação, sim. É verdade.

É verdade também que não se tirou dinheiro da saúde e da educação só com o fundo. Tirou-se com a PEC do teto de gastos e corta-se verba pública de todo lugar e paga-se metade do Orçamento com juros. Mas ninguém fala nada sobre isso aqui.

Segundo lugar: é preciso denunciar que as pessoas se acostumaram a fazer campanha com milhões, eleger Deputado com 10 milhões de reais declarados, com 8 milhões, inclusive, em partidos de Esquerda, ou ditos de Esquerda! Isso é vergonhoso!

Então, quando se fala *“gastamos 5 bilhões com financiamento privado de campanha, agora queremos 5 bilhões do Fundo público”*, não é possível explicar isso para a população brasileira, porque quem acabou com o financiamento privado foi o STF, não foi esta Câmara dos Deputados.

Em terceiro lugar, é possível ter financiamento público, sim, mas não esse, com essa distribuição, com esse volume e com essa distribuição que passou pelas



eleições de 2014, que são conspurcadas pela OAS, pela Odebrecht, pela JBS, que grande parte aqui recebeu de empresas para fazer campanha.

E depois a proporção é: quem recebeu 10 milhões tem mais, e quem gastou 200 mil tem menos, de novo, ou seja, é penalizado duas vezes.

É uma vergonha que a Presidência da Casa não tenha cumprido a palavra de votar o relatório do Deputado Vicente Candido até o final, porque nós não vamos ter legislação infraconstitucional. Só se discute Fundo. É isso que vai acontecer.

E eu vejo silêncio no plenário. É uma vergonha o que está acontecendo aqui! E partidos de Esquerda, ou ditos de Esquerda, estão mancomunados com isso também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota "sim".

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, o PP entende que a matéria foi amplamente discutida. A matéria foi



debatida, e nós podemos, então, encerrar e votar, para garantirmos o prazo de que se precisa antes das eleições que virão em 2018.

O PP vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSD vota “sim”.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “sim”. O PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota “sim”.

O SR. ZÉ AUGUSTO NALIN (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PMDB vota “sim”.

Como vota o PSDB?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSDB vota “sim”.

Como vota o DEM?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSDB já foi “sim”. O PSD já foi “sim”, também?



O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD votou "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSD já votou "sim".

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PRB?

O SR. LINDOMAR GARÇON (PRB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PRB é contra, e contra o fundo também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Dinheiro na mão é vendaval. Para alguns pode ser solução. Na verdade, é solução quanto ao poder instituinte de uma república, que é a população.

Nós queremos discutir mais. Inclusive vamos cotejar aqui. Na última eleição para Deputado Federal, cujo teto proposto, que já foi reduzido quase à metade pelo Deputado Vicente Candido, ainda é abusivo e absurdo: 2,5 milhões de reais, a soma de todos os candidatos do PSOL em 2014 a Deputado Federal não chegou a isso, à metade disso, a soma de todos nós. E nós não ficamos pegando dinheiro de grandes empreiteiras, de mineradoras, de frigoríficos.

Querem transferir para o fundo público a campanha milionária do fundo privado, felizmente extinto.

Nós dizemos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PSB?

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, primeiro quero dizer que é uma falácia dizer que quem é contra esse



fundo escorchante, esse fundo sem-vergonha, é defensor da volta do financiamento privado. Não é isso!

Em 2016, nós tivemos campanhas municipais com recursos do Fundo Partidário e com financiamento de pessoa física, e elas ocorreram. Os Deputados criticam tanto a sociedade lá fora, dizendo que o eleitor está mal-acostumado, que o eleitor só pensa em dinheiro.

Não, nós políticos também estamos mal-acostumados a fazer campanha só com dinheiro. Dá para fazer campanha gastando sola de sapato, fazendo discurso e visitando as pessoas. Dá para fazer campanhas que não sejam as campanhas milionárias que estamos vendo aí e que tiram recurso, sim. O caixa é um só! Ninguém vai dizer que não vai tirar dinheiro de outros setores, porque é um caixa só. Vai sair!

O PSB aqui vota “não”.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - O PHS...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PRB já votou “não”.

Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB vota pelo encerramento da discussão, Presidente. E não é o encerramento da discussão da noite de hoje. É o encerramento de meses de um debate feito na Câmara dos Deputados, em três Comissões distintas, nas quais se debateram vários temas: sistema eleitoral, manutenção ou fim de coligação, inclusive financiamento.

O PCdoB vai votar a favor do financiamento público nessa proposta, como votou, em 2015, na discussão aqui no Plenário, a favor da instituição do financiamento público, por conceito, por concepção.



Assim como é certo haver financiamento público, que é o financiamento da democracia, é certo haver mecanismos que reduzam o custo das campanhas eleitorais.

Portanto, nós vamos votar pelo encerramento da discussão e favoravelmente, pelo financiamento público para a democracia no Brasil.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nos componentes do nosso partido, PR, não há nenhum hipócrita, não. Nós somos contra o fundo.

E no que diz respeito ao encerramento da discussão, nós também somos contra, porque queremos discutir mais, para que no final cheguemos a um denominador comum de que o fundo é prejudicial à nossa Nação.

Então, nós votamos contra o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Podemos?

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota "sim" também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSC encaminha "sim".



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PPS tem claro que esse fundo é prejudicial. E não é possível ficar falando que sem fundo não dá para fazer campanha. Nós já fizemos campanhas municipais sem fundo, sem investimento de recurso de iniciativa privada.

E nós precisamos ter seriedade para acabar inclusive com o caixa-dois; criar cultura na população de fiscalizar as campanhas, de saber exatamente em que está sendo gasto; gastar menos em campanhas eleitorais, porque certamente assim nós vamos conseguir melhorar o nosso País.

Por isso, o PPS é contra o encerramento da discussão, contra o fundo e a favor de campanhas mais baratas com teto estabelecido, para debater propostas e ideias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PHS se mantém firme na sua posição, na sua coerência.

Continuo dizendo, e o PHS continua dizendo: *“Como é que um partido recebe 400 milhões de reais do Fundo Partidário e não tem dinheiro para financiar campanha de Deputados?”* Para o PT, o PSDB, o PMDB, em média, são 350 a 400 milhões de reais em 4 anos.

Só o Deputado Fraga, que está aqui ao meu lado, do DEM, contribuiu com o partido com mais de 5 milhões de reais. Recebeu na campanha, talvez, quanto, Fraga? Está aqui dizendo que não recebeu 1 centavo.



Que custo administrativo é este para manter um partido? Para que tanto dinheiro em campanha? Vá trabalhar, porque a sociedade obviamente, cada um nas suas condições, nas suas bases, por isso...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV? O PHS é "não".

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, há que se reconhecer que foram meses de discussão realmente, mas também houve um *show* de manobras.

O PV é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PV é "não".

Em votação...

O SR. JOÃO DERLY - A REDE...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Desculpe-me, Deputado João Derly, como vota a REDE?

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS.(REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o argumento de alguns Deputados aqui é de que, se não aprovar o Fundo Eleitoral, terá que haver caixa dois, como se só existissem duas opções: ou tu estás com o caixa dois e ilicitudes ou com o dinheiro público para financiar as campanhas. Isso é uma falácia!

Os políticos devem se reinventar. Os partidos precisam se reinventar. A política não é feita só de dinheiro. A política tem que ser de proposições. A política tem que ser de ideias. Esse deve ser o debate, e não nos recursos para financiar as campanhas.

A REDE vota "não" ao encerramento da discussão.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor do encerramento da discussão e do encaminhamento permaneçam como se acham.

(Pausa.)

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O projeto foi emendado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para oferecer Parecer às Emendas de Plenário, pela Comissão de Finanças e Tributação, concedo a palavra ao Deputado Vicente Candido.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela Comissão de Finanças, faço a leitura do relatório.

Iniciada a discussão da matéria no Plenário, foram apresentadas 12 emendas ao Projeto de Lei nº 8.703, de 2017.

O voto do Relator é o seguinte.

Todas as emendas apresentadas atendem, em linhas gerais, os requisitos de adequação orçamentária e financeira.

Quanto ao mérito, embora reconheçamos os bons propósitos da maioria das alterações propostas, o voto é pela rejeição de todas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para oferecer parecer às Emendas de Plenário, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Vicente Candido.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Leitura do relatório, Sr. Presidente.



Iniciada a discussão da matéria em Plenário, foram apresentadas duas emendas ao Projeto de Lei 8.703, de 2017.

Voto do Relator.

Todas as emendas apresentadas atendem, em linhas gerais, os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, embora reconheçamos os bons propósitos da maioria das alterações propostas, o voto é pela rejeição de todas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa requerimento:

Requeiro, nos termos do art. 117, XIII, do Regimento Interno da Câmara, que o PL 8.703 seja votado artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, para falar a favor.

O SR. GLAUBER BRAGA - Presidente, quem é que é o próximo inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A favor do requerimento, o Deputado Glauber.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, enquanto o Deputado Glauber Braga se aproxima da tribuna, quero agradecer ao Senador Eunício Oliveira que liberou a *TV Câmara*, oficiou a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, está liberando, a pedido de V.Exa. e a nosso pedido a *TV Legislativa* do Rio de Janeiro, mudando todo um conceito do Senado Federal.

] **O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse fundo que está sendo avaliado agora pelo



Plenário indica fonte de financiamento. Além da emenda de bancada, ele acaba com a propaganda eleitoral. Já fizeram aqui neste plenário uma discussão que diminuiu a praticamente tempo algum a divergência de partidos ideológicos e programáticos. Agora, no Fundo Jucá, eles indicam como fonte de financiamento, repito, emendas e, além disso, o fim da propaganda eleitoral.

Na sessão anterior, dialogávamos sobre uma matéria que estabelecia limites. Limite a autofinanciamentos, limite às doações privadas eleitorais. Mas em nome de votar o Fundo Jucá jogou-se toda essa limitação na lata do lixo. Agora vota-se a matéria do Senado, e aquilo que foi construído na Câmara por muitos meses, que pelo menos, repito, gerava limite ao autofinanciamento e às doações eleitorais, essa votação não mais ocorrerá.

É uma pena! É uma pena, porque o que a sociedade brasileira esperava de cada um e de cada uma de nós é que minimamente pudéssemos ampliar essa discussão.

Quero repetir aqui: nós da bancada do PSOL defendemos, sim, o financiamento público de campanha, mas que seja para adequação ao fundo partidário já existente, com uma divisão igualitária desses recursos, e não que seja para disponibilização de mais recursos para os partidos da ordem e para os grandes partidos, a fim de evitar qualquer tipo de alteração substancial do sistema eleitoral brasileiro.

Repito: é uma pena que aquilo que vinha sendo construído com a possibilidade de estabelecimento de tetos ao alto financiamento e, além disso, ao financiamento privado de campanha tenha sido colocado de lado, jogado na lata do lixo, para votação do “fundão Jucá”, que foi aprovado no Senado Federal.



A bancada do PSOL quer lamentar isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)*

Orientação de bancada.

Como votam o PT, o PMDB, o PP, o PSDB, o PR, o PSD?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “não”.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS? *(Pausa.)*

O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS, Sr. Presidente, mais uma vez se posiciona em relação a esse tema extremamente importante. A população está acompanhando.

Nós apoiamos o requerimento de votação artigo por artigo.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma contestação em relação a recursos do fundo para financiamento da campanha. Defender o financiamento de empresas eu



até acho coerente. Agora, a diferença entre o Fundo Partidário e esse Fundo é que todos os dois são provenientes de recursos públicos. Todos os dois, inclusive, destinam recursos do povo brasileiro para o processo de financiamento da democracia.

Nós sempre defendemos, do ponto de vista político, o financiamento público, a não interferência do financiamento das empresas no processo eleitoral, defendemos limite para as contribuições individuais. Mas, da forma como está, o céu é o limite para as complementações, para as contribuições individuais dos próprios candidatos.

Nesse sentido, nós votamos também “não”; pela votação em bloco e não pela votação artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?



O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS, Sr. Presidente, lamenta o que está acontecendo aqui. Interessante, alguns paladinos do contrário aí em alguns momentos até do partido de esquerda agora estão calados. Claro que vão ficar calados. Já estão aqui os valores. Por exemplo, o PT vai ter direitinho 250 milhões; o PMDB, 275 milhões; e por aí vai.

É bom que a população saiba que o dinheiro da educação, segurança e saúde estão disponibilizando para campanha política. Isso é o cúmulo do absurdo! Não podemos aceitar uma coisa dessa! A matéria vai à votação. Vão perder, mas vai ficar registrado.

Esperamos que V.Exa., como Presidente, possa realizar votação nominal, de ofício, para que o Brasil saiba quem são aqueles que realmente usurpam o dinheiro público e aqueles que defendem o dinheiro público, Sr. Presidente.

O PHS orienta o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV?

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos vota “não”.

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV orienta o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PV vota “sim”.

Como vota o PSOL?



O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a questão é a seguinte: é preciso haver coerência entre teoria e prática. O que o PSOL defende ele pratica. Nós não fazemos campanha milionária, não contratamos marqueteiros, não fazemos caixa dois, não contratamos cabos eleitorais. Entendemos que é possível fazer campanha olhando no olho do eleitor.

Fundo de Jucá não é aceitável! Financiamento público tem que ser negociado e aceito pela população. Saímos do financiamento privado corrupto e estamos caindo num financiamento público feito pelo Sr. Jucá, porque foram atropelados todos os tetos aqui, inclusive apresentados na discussão do relatório do Deputado Vicente Candido.

Por isso, nós repudiamos essa virada para votar o projeto do Senado. Repúdio a essa proposta!

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR declara que vai votar “sim”. É abominável votar o requerimento de votação, artigo por artigo.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - No requerimento artigo por artigo, o PHS vota “sim”.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo fato de a Oposição votar “não”, nós vamos votar “sim”, porque nós somos contra o fundo, Sr. Presidente.

Então, o PR vota “sim”.



O SR. WALNEY ROCHA - O PEN, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PEN?

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos observado discursos muito bonitos, muito firmes, mas também muito demagogos. Criaram até um nome bonito: vamos financiar a democracia no Brasil. Na verdade, cria-se o fundo, porque não se pode mais buscar os recursos das empresas. Quebraram as empresas no País. Envolveram-se em corrupção. Hoje, não há mais financiamento de empresário.

Então, temos que arrumar uma alternativa. E qual é? Vamos tirar da educação, vamos tirar da saúde, vamos tirar das verbas que encaminhamos aos Municípios que necessitam de apoio, de recursos, e vamos criar o fundo para patrocinar a democracia. Bonito, lindo demais, mas a prática é horrorosa. Como já quebraram as empresas no Brasil, porque praticaram a corrupção e se locupletaram daquilo que lhes foi enviado; vamos quebrar também...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a REDE?

O PEN vota "sim" é isso?

O SR. WALNEY ROCHA - Não, o PEN vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PEN vota "não".

Como vota a REDE? *(Pausa.)*

O SR. WALNEY ROCHA - Sr. Presidente, desculpa, o PEN vota "sim".

O SR. JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, o PSB...

O SR. JOÃO DERLY - Deixa o PSB antes.



O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vota "sim".

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez nós voltamos a falar que os partidos estão atentos ao que está acontecendo aqui.

Até a semana passada, a palavra mais forte que tinha neste plenário aqui era golpe. De repente, esta palavra sumiu esta semana. Paira um grande acordo para que nós possamos instituir este fundo escorchante que está aí, este fundo que pega recurso sim.

O Fundo tem origem de 30% de emendas de bancada, que iriam para Estados e Municípios para atenuar o sofrimento que tem com seca, com estradas, com hospitais, com saúde, com educação e com creches. Agora querem votar esse Fundo dessa forma, faltando 2 dias para o prazo eleitoral.

Reforma política benfeita é reforma política feita com antecedência ou depois do prazo. Aí teria coerência.

O PSB vota "sim".

O SR. FABIO REIS (PMDB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Fabio Reis, na votação anterior, votou com a indicação do seu partido.

O SR. JOÃO DERLY - Pela REDE, Sr. Presidente.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a REDE?



O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no art. 16-C: “*O Fundo Especial de Financiamento de Campanha — FEFC é constituído por dotações orçamentárias da União em ano eleitoral, em valor ao menos equivalente*”. Ao menos equivalente a quê?

Nós nem sabemos ainda qual é esse recurso. Falam de fundo moderado, mas que fundo moderado é esse, se no mínimo, como estão dizendo, é em torno de 2 bilhões? Eu acho que é mais ou menos, pode chegar a muito mais do que os 3 bilhões que eram inicialmente. Então, é uma farsa isso aqui que estamos votando. É importante votarmos artigo por artigo desse PL.

A REDE vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A REDE vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor do requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Destaque Simples nº 7.

Em votação a admissibilidade do Requerimento de Destaque Simples nº 7.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não vamos falar contra e a favor do destaque?



A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há ninguém inscrito, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “não”.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente!

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PMDB vota “não”.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “não”.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota “não”.

Como vota o PDT?

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PDT, “não”.

Como vota o DEM?



O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O DEM vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - DEM, “não”.

Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS é a favor de votar todos os destaques e vota “sim”.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PCdoB, “não”.

Como vota o PSC? (*Pausa.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSB vota “não”.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PSB, “não”.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Minoria, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “sim”, lembrando que esse “fundão Jucá”, que não tem nada a ver com



financiamento austero, sem elementos de contribuição empresarial, com o fundo público já existente, como defendemos, ele tem também a corrida ao partido, instituído desde que foi aprovado lá na Câmara, porque ele estabelece, por exemplo, que 34% desse fundo vão para os partidos de acordo com os seus representantes atuais na Câmara e não os que foram eleitos e que 15% vão para os titulares atuais do Senado. É evidente que ele favorece grandemente o PMDB, que vai ficar mais rico do que já é, e os grandes partidos. É o condomínio do poder. Campanha milionária, agora, com fundo público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PTB?

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PTB vota “não”.

Como vota o PRB?

O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”, Presidente.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PR, “sim”.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Podemos, “não”.



Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Não identificado - O Solidariedade vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a REDE? (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. ALIEL MACHADO (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos a oportunidade agora de fazer uma reforma política com questões que estão dentro do relatório do Deputado Vicente Candido que nunca se conseguiu aprovar na história desta Casa.

Nós precisamos destacar para a população que, apesar de haver questões polêmicas com as quais não concordamos com a maneira como foi conduzida a questão do fundo, nós estamos colocando limite de gastos para aqueles que usam a sua função empresarial para vir aqui tirar direitos, para tirar proveito do nosso povo.

Tem de colocar limite de gastos, sim. Tem de acabar com as campanhas milionárias, sim, e V.Exa. está conseguindo, mesmo com dificuldades, realizar esta votação importante que precisa ser levada ao Senado Federal, o que me preocupa.

Nós da REDE não vamos concordar com os outros acordos absurdos feitos aqui para proteger os grandes.

A REDE vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?



O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como é que o Brasil está acompanhando, através da *TV Câmara* o que está acontecendo aqui, esse jogo, esse acordo que vai dar uma tapa nos brasileiros?

Lamentamos o que está acontecendo porque para tantos outros setores que precisam de investimento não se tem dinheiro, e agora, vamos ter esse montão de dinheiro sendo distribuído para campanha política. Falta coragem, diálogo para ir às ruas.

O grande problema é que se fala tanto em corrupção, que o voto comprado é corrupção, mas estão defendendo aqui a compra de voto, porque, se não tiverem dinheiro, não vão comprar voto, e há muita gente que só vem para esta Casa porque compra voto.

O Brasil precisa ver a cara de quem vai votar a favor desse negócio. Esperamos que V.Exa. dê nominal de ofício.

O PHS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da admissibilidade do destaque simples permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votação em globo das emendas de plenário de nºs 1 a 12, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Orientação de bancada. Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*



Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PT vota “sim”, Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da
oradora.) - O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente. Pela rejeição em bloco, o PMDB vota
“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

O PMDB vota...?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
Democratas vota “sim”, Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO - O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
voto é “não”, Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da
oradora.) - O voto do PMDB é “sim”, pela rejeição em bloco dos destaques.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O voto “sim” aprova. Estamos votando
as emendas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da
oradora.) - Então o voto é “não” às emendas.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PT vota “não” às emendas.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estamos votando as emendas. O voto é “sim” ou “não” às emendas.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Então o voto é “não” às emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou esperar para que o Deputado Chico Alencar possa acompanhar com transparência e clareza. A nossa equipe está falhando, desde ontem.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na semana que vem ocorre o Dia de Nossa Senhora Aparecida, o Dia da Criança e o Dia do Descobrimento da América, dia 12, quinta-feira. Como será a semana de trabalhos aqui na Casa que V.Exa. preside?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Teremos sessão na segunda-feira, a partir das 17 horas, até quarta-feira pela manhã.

O SR. CHICO ALENCAR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer uma proposta, porque é importante responder a algumas agressões que se fazem por discordarem do fundo.

Precisamos começar a respeitar as opiniões, porque existem motivações diversas, o que não significa hipocrisia, o que não significa buscar compra de votos ou corrupção. Não. São concepções sobre a questão do fundo, sua oportunidade ou não.



Como isso é a questão central, a proposta que faço é que votemos todos os destaques tentando fazer um acordo, mas que fizéssemos um acordo fundamental na questão da votação do fundo: que fosse nominal. Eu acho que isso é importante, porque cada um tem que assumir essa sua responsabilidade. Eu gostaria de dizer que isso não é para expor ninguém, é para dar transparência a um voto que a sociedade precisa conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação em globo as Emendas de Plenário de nºs 1 a 12, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PP orienta “não” às emendas, mas a favor do texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PP, “não”.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PSD vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O DEM vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - DEM, “não”.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*



Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PDT? (*Pausa.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora)

- O PSB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. ASSIS DO COUTO (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PDT vota "não" às emendas.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora) - O PCdoB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota o PPS? (*Pausa.*)

Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, o bloco e o PTB encaminham o voto "não".

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PPS vota "não", Sr. Presidente.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O Governo vota "não", Sr. Presidente.

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, o PV quer ratificar a sua posição contrária à criação desse fundo eleitoral, pela razão, já exposta aqui pela nossa Líder, da necessidade de nós diminuirmos os custos da máquina pública brasileira, diminuirmos os custos do processo eleitoral brasileiro e principalmente aproximarmos o cidadão dos candidatos eleitos.



É por isso que sempre defendemos o voto distrital, que tem justamente essa posição, que tem justamente esta consequência: a aproximação do eleitor ao eleito. A política tem que ser cada vez mais o espaço do diálogo e menos o espaço dos recursos financeiros.

É por isso que o PV vai votar “sim” à rejeição do fundo e consequentemente dessas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O PDT votou “não”? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

O PSB votou “não”.

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos?

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota “não”.

Eu saí há pouco de um debate com o Ministro do Planejamento, Dr. Dyogo, que foi muito educado nas respostas e efusivamente elogiado pelos Deputados governistas.



A minha presença, apesar de ser um debate de alto nível, incomodou alguns Deputados, porque a festa não podia ser confirmada nas respostas do Ministro. Entre outras coisas: *“E aquela obra no meu Município, no meu Estado, o senhor vai poder garantir?” “Olhe, nós tivemos uma queda de 40 bilhões de reais em arrecadação.”*

É nesse quadro, em que os Municípios estão falidos, que nós estamos debatendo aqui a criação de um segundo fundo, quando poderíamos abrir um debate transparente com a sociedade para garantir o financiamento público de campanha a partir de um fundo já existente, que este ano tinha projetado mais de 700 milhões de reais, ainda que tenha sido menos, parece-me, o que efetivamente foi...

(O microfone é desligado.)

O SR. EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, a orientação “sim” do PV não foi registrada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PV vota “sim”.

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a REDE?

O SR. ALIEL MACHADO (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a REDE vota “não”, porque a votação em globo de todas as emendas não faz ter qualidade o projeto nem o debate sobre as propostas que vêm em cada uma das emendas — e que são importantes.



Há, por exemplo, uma emenda do PT que trata de diminuir ainda mais a possibilidade de aplicação de recursos daqueles milionários que querem comprar as campanhas eleitorais. Alguns fazem para a população o discurso de que não pode haver campanha com dinheiro público, mas eles têm interesse em entrar aqui, em colocar aqui aqueles que querem tirar o seu direito, que querem a aprovação dessa reforma da Previdência, dessa reforma trabalhista, da PEC do Teto de Gastos, coisas que interessam a pequenos grupos.

Nós não podemos concordar com isso. Cada emenda tem que ser discutida separadamente.

A REDE vota “não”.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”.

O SR. ULDURICO JUNIOR (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV muda seu voto para “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PV vota “não”.

Como vota o PEN? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Minoria vota “não”.

Como vota o PHS? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ ROCHA - O PR vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS continua defendendo o dinheiro público, e não o seu uso para esses fins.

Por isso, nós votamos o inverso, votamos “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor das emendas de 1 a 12 permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADAS.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Nos termos do número 3, alínea a, inciso I do art. 101, combinado com o inciso XII do art. 117, inciso II do art. 186, do Regimento Interno, requeiro a votação pelo processo nominal do PL 8.703.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Alex Manente.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, toda a população que nós acompanha, nós apresentamos esse requerimento para que se faça uma votação nominal desta questão da aprovação ou não do fundo eleitoral. Isso porque acreditamos que, no que diz respeito a essa medida, há total interesse da nossa população em acompanhar como é o procedimento de cada Parlamentar, como cada um está se portando em relação a esse tema, que mexe com a vida de toda a nossa sociedade.

Nós particularmente entendemos que, no momento, em que passamos por uma crise econômica e social, este não é o melhor caminho, não é o caminho para termos uma democracia adequada. Este recurso é retirado de investimentos que seriam feitos em infraestrutura, em saúde, através das emendas parlamentares que



acabam destinadas a cada Estado ou Município. Agora esse dinheiro fica designado para esta campanha eleitoral.

O que nós defendemos são campanhas mais baratas, que tenham um teto, e que possam ser estabelecidas regras claras para os debates de propostas que tem que ser feitos com o eleitor.

Não concordamos que sem fundo não é possível fazer campanha. Já tivemos a prova, na última eleição municipal, de que as campanhas podem ser feitas de maneira mais simples, com menos recurso, sem o investimento de iniciativa privada. E isso certamente gera melhor e maior condição de todas as pessoas que participam do processo político-eleitoral terem oportunidade de debater ideias.

Este acordo que está sendo feito, que foi votado pelo Senado, que o Senado encaminhou para cá, esse fundo eleitoral de quase 2 bilhões de reais, infelizmente, não é o caminho adequado. Tenho certeza que a população do nosso País não compreende que este seja o caminho para a democracia. O que nós queremos é que o País tenha uma democracia através de investimentos menores e sem o investimento do dinheiro público. Não é possível as campanhas eleitorais serem pagas com o recurso público neste momento e criando a cultura de que as pessoas podem fiscalizar as campanhas para verificar se existe caixa dois, porque, assim, nós teremos campanhas mais simples e efetivamente os debates que são necessários no nosso País ocorrerão através do processo político eleitoral.

Por isso, nós aqui solicitamos que essa votação do fundo eleitoral seja nominal, para que cada um marque a sua posição, como nós vamos marcar, contra o fundo eleitoral público, pago com o dinheiro público, para as campanhas eleitorais.



Por isso, Sr. Presidente, peço o apoio neste requerimento para votarmos nominal ao fundão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB libera.

O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Democratas vota "sim".

O SR. PASTOR EURICO - O PHS, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA - O PSDB libera a bancada.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Como se não bastassem os milhões que o PT levou, nesse fundão agora ele leva



mais 250 milhões. Como se não bastassem as malas do Geddel, nesse fundão agora vão levar mais 275 milhões, e por aí vai.

A grande preocupação é dinheiro para comprar voto, essa é que é a verdade.

O PHS defende o dinheiro público para ser aplicado em saúde, educação, segurança. Há tantos setores da sociedade carentes que não têm dinheiro, e agora de onde vai aparecer esse dinheiro para bancar a campanha? É o cúmulo! Um absurdo! O Brasil está assistindo a isso.

É por isso que o PHS é contrário. E agora, nesta votação, nós votamos "sim" para que seja votado nominalmente a fim de que o Brasil saiba quem está realmente defendendo a usurpação do dinheiro público, Sr. Presidente.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR quer orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV?

O SR. ULDURICO JUNIOR (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Antes de fazer a orientação, Sr. Presidente, eu gostaria, neste dia 4 de outubro, dia de São Francisco de Assis, dia do protetor dos animais, de me referir a um projeto de lei de minha autoria que denomina este dia também como o Dia Nacional dos Rodeios, esta é uma grande paixão nacional: rodeios, vaquejadas e provas equestres. Então, fica aqui uma saudação a todos os amantes de rodeio do Brasil.

E o PR encaminha "sim" à votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB?



O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB e seu bloco encaminham o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB, Sr. Presidente, vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o PDT?

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT, Sr. Presidente, vota "não" porque não tem o que esconder. O PDT defende o fundo, acha que é correto, a sociedade tem que saber quanto custa, ela tem que fiscalizar, isso é que é o correto. O que não pode acontecer? O tribunal dizer que não sabe como acompanhar as campanhas, não sabe quem gasta mais, quem gasta menos. As questões... A nossa defesa é clara: as eleições têm que ser transparentes, a sociedade tem que acompanhar e a Justiça tem que saber o que cobrar. Isso é muito melhor do que termos as coisas escondidas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Podemos?

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC encaminha "não".



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, o PSB encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como encaminha o PRB?

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, é lamentável que tenhamos chegado ao ponto a que chegamos, já no limiar do tempo para que pudéssemos votar a reforma política.

O PRB quer deixar de uma forma clara o seu posicionamento. Devemos ter a votação nominal para que cada pessoa identifique o Parlamentar que votou, a maneira como votou, a sua avaliação correta ou sua avaliação errônea.

Que possamos colocar a nossa digital de uma forma clara naquilo que fazemos. Por esta razão, o PRB quer votação nominal, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB?

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL fica admirado. Alguns defendem este novo fundo adicional eleitoral, e repetimos à exaustão que defendemos o fundo público existente, consentâneo com os gastos orçamentários anuais e o financiamento cidadão.



Na campanha à Prefeitura do Rio, no ano passado, o nosso candidato do PSOL, Marcelo Freixo, arrecadou 1 milhão de reais de doações voluntárias, com o que se fez perfeitamente uma campanha, inclusive de segundo turno.

Agora, o mesmo teto que se propõe é menor que o estratosférico, mas continua abusivo. São 70 milhões de reais para Presidente da República; são 2,8 a 21 milhões para Governadores; são 2,5 milhões para Deputado Federal. E aí o fundo público vai ter que suprir este absurdo. Vamos votar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSOL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para aprovar o fundo, deve haver coragem. Se houver coragem, nós temos que colocar a nossa digital e mostrar quem é que defende isso, de fato. Por que não podemos votar nominalmente o projeto do Senado?

Se defendem o fundão, marquem no painel de votação, deixem a sua digital, aprovando o fundo, para que nós saibamos e a sociedade saiba o que cada um votou aqui, o que cada um pensa e como tem agido para poder financiar as eleições.

Então, a Rede encaminha o voto "sim".

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota "não".

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas lembrando que o PPS já tinha encaminhado "sim" e não foi ali colocado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PPS vota "sim".



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF) - Verificação, Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL) - Verificação conjunta.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE) - Verificação.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE) - Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todos as Sras. Deputadas e Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, coloca “não” no painel.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT é “não”.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Esta é a votação, porque eles estão querendo que a votação seja simbólica. Quem quiser votação nominal tem que votar “sim”.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos votar pela transparência em um momento importante como este. Vamos



assumir as posições e votar “sim”, para que a população tenha o direito de saber qual a posição de cada Deputado em relação ao fundo.

O SR. ALBERTO FRAGA - Convocamos os Democratas para comparecer ao plenário.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos votar “não”, pela democracia.

Vamos parar com a demagogia. É “não”, pela democracia!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Falem um de cada vez.

Deputado Silvio Costa, espere um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Diego Garcia, para falar pela Liderança do PHS.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está é a votação, como o Deputado Júlio Delgado aqui falou. Agora é a hora de os Deputados votarem a favor desse requerimento de votação nominal da matéria que cria o fundo eleitoral. Houve uma discussão na proposição passada, porque a outra matéria tratava da distribuição.

Eu tentei alertar os Deputados que a votação da criação do fundo seria simbólica, e é o que vai acontecer se esse requerimento não for aprovado. As votações vão ser simbólicas, ou seja, os Parlamentares não vão ter como manifestar a sua opinião com relação a essa matéria que cria um fundo de 2 bilhões de reais. De 2 bilhões! Por isso, agora é a hora de votarem “sim”.

Quanto à votação da distribuição, quero parabenizar os Deputados do PSDB, porque apenas 6 Deputados votaram a favor da distribuição, sinalizando todos os demais que são contra. Esta votação é fundamental porque nós não vamos ter outra



nominal aqui. Agora é a hora de quem quer deixar a sua digital e dizer para o País que é contra esse fundo eleitoral votando “sim”. Votar “não” ao requerimento de votação nominal significa dizer que nós vamos votar simbolicamente essa matéria, e isso não vai permitir que a sociedade saiba como cada Parlamentar pensa.

Muitos partidos aqui como o PR, o PRB, e outros partidos, durante o tempo todo orientaram o voto contra o Fundo. Mas agora foi feito um acordo. Querem votar tudo simbolicamente, sem verificação nominal. Então, essa é a chance de impedir que esse Fundo absurdo seja criado.

A próxima matéria, Sr. Presidente, é o destaque do PHS apresentado com relação à criação do Fundo. Se for derrubado, através da verificação nominal, ou melhor, se for aprovado o requerimento, o destaque que o PHS fez, nós vamos acabar com o Fundo, e vamos aumentar a arrecadação e a receita do País. Por que?

Eu peço, Sr. Presidente, 1 minuto, apenas para concluir. Vamos aumentar a arrecadação e a receita do País. Por quê? Com o fim da propaganda e com a proposta apresentada, ao invés de esse recurso ser criado para o fundo eleitoral, aumenta a arrecadação. Aí sim, vai ser uma resposta positiva para a sociedade, uma resposta positiva, porque com esses 2 milhões de reais, como eu já alertei na votação passada, é possível se construírem 333 centros de reabilitação no nosso País.

Hoje representantes do Hospital Universitário de Londrina estiveram aqui reunido com a bancada federal do Paraná pedindo um centro de reabilitação. Com esse dinheiro, daria para construir 333; atender 666 mil pessoas por...

(Desligamento automático do microfone)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Durante o discurso do Sr. Diego Garcia, o Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, pela Liderança do PT, ao Deputado Carlos Zarattini, e, depois, pela Maioria, ao Deputado Mauro Pereira.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, quem nos assiste em casa às vezes fica achando que nós estamos fazendo uma grande discussão sobre a boa utilização dos recursos públicos: considerar que criar um fundo de financiamento das eleições é um desperdício de dinheiro, é uma ganância à toa. Muita gente acha isso.

Vários Deputados que vêm aqui criticar a criação desse fundo fazem essa argumentação, mas, na hora em que o Relator Vicente Candido colocou no seu projeto que para a utilização do fundo era necessário que o candidato requeresse ao partido e à Justiça Eleitoral recursos do fundo, esses Deputados falaram “*Não, de jeito nenhum; Vicente, tira isso do seu texto. Nós não queremos nada disso. Se o fundo for criado tem que vir automaticamente para os partidos e para os candidatos.*”

Ora, então, eles declaram que são contra a criação do fundo, mas não querem colocar o seu nome lá no requerimento para a utilização do fundo. Querem que o fundo vá automaticamente para o seu partido.

Outros argumentam que não é necessário o fundo, mas reservaram o Fundo Partidário, que também é dinheiro público, para o gasto eleitoral. E não aceitam que



haja um artigo, nesse projeto que estamos votando, que diga que esse Fundo Partidário não possa ser gasto com financiamento de candidatos proporcionais. Portanto, eles também querem dinheiro público para gastar nas campanhas.

Sras. e Srs. telespectadores que estão assistindo a esta sessão em suas casas: por que nós do PT defendemos esse financiamento público? Defendemos porque nós sempre lutamos contrariamente o financiamento privado, seja de pessoas físicas, seja de pessoas jurídicas. Nós sempre lutamos e sempre defendemos o financiamento público, porque é uma forma correta de se financiar a eleição.

Ao invés de os candidatos terem de ir às empresas ou aos ricos pedirem dinheiro, nós queremos não só votar esse financiamento, mas queremos, também, limitar o custo das campanhas, porque da forma como está na legislação, hoje, cada partido diz qual é o limite de gastos, e os limites são cada vez maiores, e gastam se cada vez mais.

Não é só isso que nós queremos: também queremos estabelecer limite de doação. Por quê? Porque o Sr. Setúbal, dono do Banco Itaú, ganha milhões de reais.

Então, ele vai poder contribuir com a REDE, da Marina, o quanto ele puder dar: milhões e milhões de reais. Aquele outro, dono da Natura, que também é um milionário, um dos mais ricos do Brasil, vai poder contribuir com a campanha da Marina o quanto ele quiser se não for colocado o limite para doação.

Nós, do PT, queremos limite, e queremos limite de 10 mil reais para cada um, seja rico ou pobre. Tem que contribuir igual. Nós não queremos que os ricos financiem os partidos dos seus amigos.



Agora surge um novo grupo de milionários que quer fazer um fundo de estímulo a candidatos que defendem as propostas de privatização, as propostas de acabar com a Previdência Social, de acabar com a legislação trabalhista e de entregar as riquezas do Brasil.

Nós somos contra esse tipo de financiamento. Nós queremos o financiamento público que é para igualar as candidaturas. Nós queremos o financiamento público para que possamos no mínimo igualar o gasto das campanhas. Nós não queremos as diferenciações pela riqueza de cada um. Nós queremos que haja diferenciação pela proposta política de cada partido.

Nós temos mais de 35 partidos registrados no nosso País, e todos vão disputar a eleição. Mas queremos que cada um diferencie a sua proposta política. E nós, do PT, temos uma proposta diferenciada para este País, a proposta de desenvolvimento, de distribuição de renda.

É por isso que o nosso partido cada vez cresce mais na preferência popular, porque o povo brasileiro já percebeu que os ataques que se faz ao PT são os ataques com o objetivo de impedir que o PT prosseguisse no Governo, prosseguisse fazendo aquela política que vinha fazendo o Brasil avançar. E agora o povo brasileiro está dizendo nas pesquisas qual é a sua preferência e qual é o candidato da sua preferência que é o mais atacado, o mais prejudicado por ataques judiciais e por ataques da mídia. Mas ainda assim cresce nas pesquisas, cresce, porque o povo vê nele a esperança de dias melhores.

O nosso partido cada vez cresce mais na preferência popular porque o povo brasileiro já percebeu que os ataques feitos ao PT têm o objetivo de impedir que o PT prossiga no Governo, prossiga naquela política que fazia o Brasil avançar.



Agora, o povo brasileiro está dizendo, nas pesquisas, qual é o candidato da sua preferência: aquele que é o mais prejudicado por ataques judiciais e da mídia. Ainda assim, cresce nas pesquisas, porque o povo vê nele a esperança de dias melhores.

Nós queremos uma campanha com poucos recursos privados, com igualdade de condições. E a igualdade de condições se dá através do financiamento público e não do financiamento privado, e não da desigualdade de condições de contribuição, e não das campanhas caras.

Quero ver, quando nós votarmos o projeto do Deputado Vicente, qual vai ser o voto da REDE, qual vai ser o voto de muitos partidos que são contrários ao financiamento público, se vão votar favoravelmente ao estabelecimento de limites de doação e de gastos. Queremos saber sim!

Aí vai ser a hora da verdade! Essa sim vai ser a hora da verdade! Vir aqui fazer demagogia, quando está com o fundo partidário recheado de dinheiro para financiar campanha dos seus Deputados, faça-me o favor! É brincadeira! Nós sabemos muito bem como funcionam as coisas.

E o eleitor, a eleitora, que está em casa ouvindo este debate já começou a entender, e muito claramente que quem não quer o financiamento público é porque já tem o seu recurso garantido no seu partido, no fundo partidário. Ou aquele que tem doadores milionários e com isso vai votar contra o estabelecimento de limites para poder receber a doação dos ricos.

Isso aconteceu no ano passado, quando Sr. João Doria colocou 7 milhões na sua própria campanha eleitoral. E muitos outros fizeram campanhas milionárias que desnivelaram o debate, favoreceram os candidatos.



Nós estamos vendo... quais são os partidos que estão votando contra o financiamento público.

Eleitor, entende muito claramente o que nós estamos discutindo aqui e vamos parar de demagogia, vamos fazer eleições democráticas em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pela Liderança da Maioria, concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas... Pois, não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Mauro Pereira está com a palavra.

O SR. MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quem foi citado? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nominalmente?

O SR. CARLOS ZARATTINI - Não citei, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. citou o Deputado Aliel Machado?

O SR. CARLOS ZARATTINI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. não foi citado, Deputado.



Deixe o Deputado Mauro Pereira falar, depois concederei 2 minutos a V.Exa.

Deixe-me seguir a ordem dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, pela Liderança da Maioria.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou retirar a minha fala neste momento, como foi solicitado pelos colegas Deputados. *(Pausa.)* Sr. Presidente, não. Vamos ao pronunciamento.

Sr. Presidente, eu gostaria de, primeiramente falando em nome da Maioria, dizer que é muito importante que a sociedade brasileira, com muita tranquilidade, saiba o que está acontecendo aqui neste exato momento. Nós estamos votando uma reforma política e tratando do fundo para financiar as campanhas eleitorais.

Eu já ouvi aqui, com todo o respeito aos colegas Deputados que se pronunciaram, que, de forma nenhuma, pode haver esse financiamento. Agora nós não podemos enganar a sociedade brasileira. É muito importante que a sociedade brasileira saiba disso, e a sociedade brasileira sabe disso.

Há Deputados que usam o discurso aqui, e a impressão que se dá é a de que eles não usam o fundo partidário. A impressão que se dá é a de que eles não usam propagandas de TV. A impressão que se dá é a de que o que eles querem aprovar não vão utilizar depois.

Isso não fica muito bem para alguns Deputados que utilizaram recurso, sim, do fundo partidário para se eleger, que vêm usando, sim, recursos públicos, que vêm aqui fazer discursos demagógicos.

Isso não é importante, isso não é bom para a democracia, porque a sociedade brasileira sabe muito bem como funciona.



Se a pessoa não quer o Fundo, vote contra, mas não fique fazendo demagogia aqui, como eu vi alguns partidos, algumas pessoas fazerem. Isso pega muito mal, isso não fica bem para o político, porque, amanhã ou depois, na hora em que houver as eleições, Deputado que aqui disse que é contra o fundo vai usá-lo. Há Deputado aqui que depois vai usar o Fundo Partidário que o seu partido possui, que é também de recursos públicos.

Então é muito importante analisar isso antes de ficar falando, criticando os demais colegas. Por exemplo, eu posso votar “sim”, como posso votar “não”. Mas não precisa ficar aqui querendo dar uma de santo, querendo dar uma de herói, que não é por aí o caminho.

Mas eu gostaria de dizer que hoje o nosso Ministro do Planejamento, o Ministro Dyogo, esteve nesta Casa, numa audiência pública em que ficou o tempo todo debatendo, respondendo a perguntas. Eu tive a oportunidade de participar dela. E o Ministro Dyogo respondeu a todos os questionamentos dos Deputados da Oposição que estavam presentes e mostrou como ele, como servidor de carreira, vem procurando conduzir o Ministério do Planejamento, para que nós tenhamos um País melhor.

E eu gostaria de compartilhar aqui com os colegas da base do Governo, aqueles que votam a favor do Brasil, que querem um Brasil melhor, que nós estamos começando a comemorar medidas importantíssimas.

Ontem, foi manchete nos grandes jornais e na TV o crescimento da venda de automóveis. Houve um incremento de 25% na venda de automóveis. Todos nós aqui sabemos que os automóveis são uma grande fonte de geração de empregos.



Ao mesmo tempo, nós estamos acompanhando a alta da bolsa de valores. Muitas pessoas, em especial as pessoas mais simples, não têm noção do que significa a bolsa de valores crescer. Quando a bolsa de valores tem alta, é porque existe confiança no País e os investidores estão investindo. Isso é muito importante, e nós temos que parabenizar toda a equipe do Governo.

Mas eu gostaria de dizer, meus colegas Deputados, que nós ainda não votamos a reforma da Previdência. Não está ainda em nenhuma pauta quando nós iremos votá-la, se vai ser neste ano, se vai ser no ano que vem, se vai ser em 2019.

Eu quero dizer a todos os senhores e senhoras que, no dia de hoje, um sindicato que representa a Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul saiu com ônibus e com carro de som de Porto Alegre, e foi fazer protestos na cidade em que eu vivo, Caxias do Sul. Para que os senhores tenham ideia, foram à minha casa, com caminhões, em torno de 40 pessoas identificadas.

E mentiram. Usaram o dinheiro do trabalhador, dinheiro que é descontado da folha do trabalhador, para fazer protesto. Mentiram, dizendo que nós votamos contra os aposentados. Nós nem tivemos votações ainda!

Nós fizemos um grande serviço à Nação quando votamos a retirada daquela contribuição sindical. Ela não vai existir mais. Agora, o trabalhador só vai contribuir para sindicatos que realmente mereçam apoio, que façam um trabalho benfeito.

O que esses sindicatos estão fazendo com o dinheiro do trabalhador... Percorrer 140 quilômetros e voltar, para chegar a uma cidade e mentir dizendo que votei contra o trabalhador, que votei contra os aposentados...

Pelo contrário, nem houve votação ainda! A reforma da Previdência não foi votada.



Então, isso deixa bem claro que nós votamos certo. Esses sindicatos com muito dinheiro acabam fazendo coisa errada, inclusive mentindo, como fizeram hoje defronte da minha casa, soltando foguete, deixando os animais desesperados.

São covardes! Eu estou aqui trabalhando de segunda a sexta; e eles foram, numa quarta-feira às 10 horas da manhã, fazer protesto na frente da minha casa, em Caxias do Sul. São pessoas que não respeitam o próximo. São pessoas sem moral! Se fazem protesto numa quarta-feira às 10 horas da manhã, é porque são pessoas que não têm o que fazer. E mais: ficam mentindo.

Então, nós estamos de parabéns por ter votado a favor da retirada da contribuição sindical desses sindicatos, que realmente prestam um desserviço para a sociedade brasileira.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Falta alguém votar ainda? Todo mundo votou? *(Pausa.)*

Há muitos Deputados presentes ainda.

Deputado Weverton, já votou ou não? *(Pausa.)*

Vou encerrar em 2 minutos.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero fazer um apelo a V.Exa. para nós encerrarmos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

O SR. DIEGO GARCIA - Esperamos o voto "sim" dos Deputados, se for a esperança do País.

O SR. ALIEL MACHADO - Presidente...



O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda há gente votando, e é o voto "não". Isso significa derrotarmos o Fundo, aliás, "sim".

O SR. ALIEL MACHADO - Presidente Rodrigo...

O SR. ROBERTO FREIRE - Já está tudo tão confuso, mas é contra o Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode encerrar ou não? *(Pausa.)*

Deputado Aliel, V.Exa. quer falar?

O SR. ALIEL MACHADO (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo, a REDE foi citada e a Marina também. É bom a nós colocarmos os pingos nos is aqui e esclarecer as coisas.

A REDE, ao contrário do PT, não recebeu doação do Itaú, recebeu de uma acionária uma doação legal de pessoa física. A REDE não tem a Marina como ré por desvio de dinheiro público e não recebeu recursos que não foram declarados. A REDE nunca se posicionou contrariamente à votação que limita gastos nas campanhas eleitorais.

A REDE manteve a coerência e, por isso, não tem nenhum dos seus integrantes envolvidos, nenhum dos seus integrantes réus, nenhum dos seus integrantes com inquéritos lá no Supremo Tribunal Federal. É importante que estejam se preocupando sim com a Marina agora, quando ela, mesmo sem mandato, desponta e tem uma vida ilibada!

Podem discordar de posições políticas, o que é comum. Agora, jamais podem compará-la ou medi-la com a sua própria régua. Nós não vamos aceitar isso! Manteremos a coerência, somos favoráveis ao limite de gastos e, principalmente, tem que haver condições morais para vir fazer um discurso como esse quando se



está votando, e a votação não tem que ser nominal quando querem se esconder atrás do painel numa votação simbólica!

Olhe aquele painel, população brasileira! A REDE está orientando o voto "sim", está orientando que os seus membros deixarão as suas digitais marcadas, porque não está se escondendo e fazendo um discurso para ludibriar a população!

Por que antes, quando tinham o Governo, não vieram aqui e colocaram o financiamento público? Porque havia outros meios. Não vamos concordar! E a REDE não aceita que nos meçam com a sua própria régua!

O SR. SILVIO COSTA - Presidente, vamos encerrar a votação!

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, queria cumprimentar os movimentos que vieram de São Paulo, do Paraná, Curitiba, o Movimento nas Ruas, o Movimento Curitiba contra a Corrupção e diversos movimentos que estão aqui acompanhando a votação, o resultado dessa votação.

São movimentos que têm um papel fundamental, importante na nossa sociedade, movimentos independentes, que não são partidários. São pessoas que não estão filiadas a partidos, mas têm tido papel fundamental nas decisões do nosso País.

Por isso, quero cumprimentar em meu nome, em nome dos Deputados que representam esses Estados, todos esses movimentos que vieram de forma independente.

Algumas pessoas me testemunharam fazendo vaquinhas para que pudessem estar aqui acompanhando essa votação em Brasília.



Eu tenho a certeza de que a vitória virá agora com o encerramento desta votação, com o voto “sim” dos Parlamentares para derrotarmos o Fundo Partidário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha, do PDT. *(Pausa.)*

O SR. VINICIUS GURGEL (PR-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Vinicius Gurgel votou com o partido na sessão anterior.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero só comunicar que o PDT já se sente contemplado com o nosso destaque no projeto do Deputado Vicente Candido, que trata de o candidato solicitar, por escrito, o acesso ao Fundo.

Então, eu queria pedir a V.Exa. que no projeto que veio do Senado que nós retiremos o destaque do PDT.

O SR. PASTOR EURICO - Presidente, nós queremos parabenizar os pernambucanos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 202

NÃO: 226

ABSTENÇÃO: 4

TOTAL: 432

REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o Projeto de Lei nº 8.703, de 2017, ressalvados os destaques.

Orientação de bancada.



Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
“Sim” para toda a base, Sr. Presidente. “Sim” para toda a base.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, embora o PSDB tenha posição pessoal nesse tema, eu sou contra o fundo eleitoral público, como existe uma divisão na bancada, o PSDB libera.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “sim”.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

Como vota o PSB?

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vota “sim”. Minoria vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “sim”.

Como vota o PSB de bola?

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador. - Sr. Presidente, o PSD vota “sim”.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota “sim”.

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*



Como vota o PPS? *(Pausa.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota “sim”, transparente e de mãos limpas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, infelizmente nós perdemos a votação passada, o que deixaria clara a posição de cada Deputada, cada Deputado em relação ao Fundo Partidário. Pedimos a V.Exa. que faça esta votação de ofício, uma vez que ela é importante para o País. A população está acompanhando, e não podemos virar as costas para o povo nesta votação.

Por isso pedimos que a votação seja por ofício, nominal para que saibamos, de fato, o que está acontecendo neste plenário.

O SR. PASTOR EURICO - PHS, Sr. Presidente.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota “não”.

O SR. ALEX MANENTE - Sr. Presidente, eu estou falando. O PPS é contra o fundo eleitoral. Por isso votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa.... *(Pausa.)*

Sr. Presidente, eu gostaria de falar com V.Exa. Sr. Presidente, eu gostaria de falar com o Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fala sempre, Deputado.



O SR. ALEX MANENTE - V.Exa. conseguiu nesta Casa, conseguiu do Brasil uma atenção especial. V.Exa. conquistou a credibilidade de muitos Deputados e de boa parte do Brasil.

V.Exa. está marcando a história deste Parlamento. Muita gente não acreditava que V.Exa. chegaria a esse *status*, com tanta confiabilidade. Eu sou um dos que hoje já o elogiei pela sua postura. Esperamos, portanto, que não macule o que já conquistou. V.Exa., que agora tem o poder nas mãos, tem como decidir. Portanto, se V.Exa. denominar de ofício, vai estar provando para o Brasil que a sua responsabilidade com o País...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

O SR. HILDO ROCHA - Bastou o Deputado Pastor Eurico receber o dinheiro do fundo partidário!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV? *(Pausa.)*

O SR. VINICIUS CARVALHO - E o PRB, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, toda a bancada do PV é contrária à criação do fundo. Queremos fazer essa manifestação.

Somos também favoráveis de que a votação seja nominal para que cada Deputado possa se manifestar e assumir as suas responsabilidades de acordo com o que escolheu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?



O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PRB tem mantido a coerência com relação à votação desse fundo especial de financiamento, ora da democracia, agora de campanha.

Muda-se só o nome, Sr. Presidente, mas a intenção é a mesma: tirar dinheiro público de onde necessita para colocar em campanha.

Então, o PRB encaminha o voto “não” — não como está escrito ali. O PRB é contra a criação desse Fundo Especial de Financiamento de Campanha e desse da Democracia. Isso é uma falácia!

O nosso voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Podemos?

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta “sim”.

O SR. WALNEY ROCHA - PEN, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PEN?

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós também votamos “não”. Estou vendo lá no painel registrado “sim”.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Julio Lopes votou com o partido na última votação.

O SR. WALNEY ROCHA - Sr. Presidente, temos observado aqui vários partidos que ficam fazendo crítica o tempo inteiro porque não há recurso para a educação, porque não há recurso para a saúde, que os Municípios estão falindo, que o Presidente está levando o Brasil à falência. Mas eles estão votando hoje para tirar mais recurso desses lugares! Eu não consigo entender esse discurso. A prática está sendo diferente. O discurso é muito mais fácil.



Nós queremos, na verdade, que eles, no mesmo discurso, mantenham isso na prática, em benefício dos Municípios, que precisam de ajuda; em benefício da saúde, que precisa de ajuda. Vamos criar um fundo separado para ajudar a saúde e a educação do País!

Por isso, o PEN vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. JORGINHO MELLO (PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da bancada do PR, nós votamos “não”, Atendendo a posição da bancada, nós entendemos que o Fundo não cabe neste momento pelo qual o Brasil atravessa.

Portanto, o PR vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. terá a palavra para uma Comunicação de Liderança, mas, antes de chegar à tribuna, pergunto como vota o PSB?

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSB orienta “não”, Sr. Presidente.

O SR. NILTON CAPIXABA (Bloco/PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Nilton Capixaba votou de acordo com a orientação do partido na votação anterior.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente...



O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Aníbal Gomes votou com o partido na votação anterior.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para dizer que, independentemente da orientação do meu partido, o Deputado Arolde de Oliveira ratifica a sua posição e vota “não” a esse absurdo que está sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado. Há um Líder para falar.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - A mesma manobra regimental usada no Senado de um biombo para acobertar, para não deixar impressão digital dos que votariam pela aprovação desse Fundo, foi usada nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Glauber Braga, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL, e também fará a orientação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quem fará a orientação será o Deputado Ivan Valente, vou falar só pela Liderança.

Deputados e Deputadas, os Senhores conseguiram votos suficientes, nas duas últimas votações sobre o Fundo do Senado. Agora, no Parlamento brasileiro, na ação e na tarefa, que são públicas, o mínimo que se exige de um Parlamentar é que ele possa assumir publicamente suas posições, que ele possa registrar o seu voto.

O apelo que nós fazemos é para que esta votação seja nominal, porque a posição da bancada do PSOL aqui é clara: nós somos a favor, sim, do financiamento



público de campanha, mas não somos a favor dessa proposta apresentada pelo Deputado Romero Jucá. E mais, não somos a favor do fim da propaganda partidária; não somos a favor de que tenha concentração de recursos nos grandes partidos da ordem, como é aqui o que está se propondo; não somos a favor de que a definição do financiamento público de campanha não passe também por um acompanhamento popular, por um acompanhamento da sociedade civil organizada. Não achamos que é fato consumado que o financiamento bilionário empresarial tenha que se converter, necessariamente, num financiamento bilionário, num fundo articulado pelo Senador Romero Jucá.

Nós defendemos, sim, adequações ao fundo partidário já existente. E é plenamente possível que essas adequações sejam realizadas. O financiamento empresarial é o pior dos modelos. Nós não temos dúvida disso.

Agora, dizer que não existem alternativas entre o financiamento empresarial absoluto e o financiamento público do Senador Romero Jucá não é verdadeiro. Existem, sim, etapas intermediárias que podem ser construídas, que garantam campanhas programáticas discutidas com o conjunto da sociedade. Nós não precisamos ter um financiamento público em que os canhões orçamentários sejam voltados para as máquinas do PMDB nacional, diminuindo, inclusive, a possibilidade da expressão das legendas dos partidos programáticos.

Por esse motivo, o PSOL vota “não” a esta matéria.

O SR. FABIO REIS (PMDB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Fabio Reis, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) -Como orienta o PSOL?



O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado.

O SR. WELITON PRADO- Sr. Presidente, eu queria encaminhar pelo PROS, colocar o posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espera um pouquinho, Deputado. O Deputado Ivan Valente está na frente.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, o PSOL quer votar “não” ao “fundo Jucá”, ao fundo feito com conluio no Senado Federal para atropelar todo o debate da Câmara dos Deputados sobre a legislação infraconstitucional. Nós não votamos o fundo em emenda constitucional. Isso é uma maracutaia.

Em segundo lugar, Deputados que querem defender que haja o financiamento público ponham a digital aqui. É vergonhoso que não se queira colocar a digital aqui. Nós não aceitamos isso. É preciso se aprender a fazer campanha olhando no olho do povo.

O PSOL vota “não” ao fundo Jucá.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, declare o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere um pouco. O PROS já encaminhou, no Bloco do PTB.

Como vota a REDE? *(Pausa.)*

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou Vice-Líder, e o PROS não encaminhou, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - No Bloco do PTB.

Como vota a REDE? *(Pausa.)*



O SR. RONALDO FONSECA - Mas o PROS quer fazer o encaminhamento individual.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho, Deputado.

Como vota a REDE?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Peço o meu tempo ali de novo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo 1 minuto para o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós ouvimos muitas coisas aqui no plenário. Uma delas é impressionante: *“que são honrados aqueles que querem o financiamento público”*. Faltaram dizer honrados e abençoados os que querem o financiamento público, mas são honrados e não querem colocar a digital no honrado voto em favor do financiamento público.

Eles negam, então, aquilo que pregam? Na hora das palavras, dizem uma coisa, mas depois, na hora de se exibirem ao povo, se escondem. Será que há sinceridade nessa posição? Penso que não, penso que é exatamente o contrário.

Possivelmente o resultado da eleição demonstrará que, por trás do financiamento público, poderá haver um grande uso de caixa dois. O Brasil tem que fiscalizar isso.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Fábio Sousa vai votar “não”. Eu quero registrar.

A SRA. ALICE PORTUGAL - É um fundo cívico o caixa dois.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só gostaria de deixar registrado o posicionamento do



PROS, que é totalmente contra a criação do fundo, defendendo uma constituinte exclusiva para fazer a reforma política e que quem participar seja proibido de ser candidato na eleição seguinte para não legislar e não advogar interesse próprio.

Por isso, o PROS encaminha totalmente contra, “não” ao fundo. Esse é o posicionamento do PROS.

O SR. MIGUEL HADDAD - Peço uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

(Manifestação no plenário: Não! Não! Não!)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já teve o resultado do destaque!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa requerimento:

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 61, inciso I, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do art. 16-C, constante do art. 1º do PL 8.703, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado para falar a favor. *(Pausa.)*

O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar meu voto. O Deputado Sandro Alex votou “não”. Meu voto é “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Júlio Delgado está com a palavra.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de falar, eu queria que V.Exa. verificasse que há um requerimento de quebra de interstício sobre a mesa com a assinatura de mais de 51 Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, é inviável a checagem dessas assinaturas. V.Exa. tem a palavra.

O SR. JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, é inviável por quê? Estamos com tempo. Já não vamos votar o destaque do projeto da Câmara! Já dançou!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não dá tempo, Deputado. V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. JÚLIO DELGADO - Temos todo o tempo. Temos a noite! Temos a madrugada!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não! V.Exa. é o que mais fala aqui que não podemos votar na calada da noite. Vamos lá!

O SR. JÚLIO DELGADO - É isso mesmo! Mas, hoje, quando cometemos um ato vergonhoso como esse em que vamos, mais uma vez, deixar de entrar para poder fazer jus à sociedade...

Sr. Presidente, é uma vergonha o que está acontecendo aqui nesta noite! É uma vergonha! Não há pudor! E os Deputados querem pedir respeito à sociedade brasileira, quando cometem um ato como este em que não querem expor o seu voto a favor da criação deste fundo. Escondem-se atrás do voto simbólico, dando aos seus partidos argumentos mais falaciosos.



Partidos aqui entraram em um “acordo” para que a votação deste fundo acontecesse hoje. E, infelizmente, patrocinado pelo Presidente, que poderia fazer esta votação nominal de ofício, como fez ontem em todas as votações que não eram tão importantes.

Mas hoje não! Hoje era importante fazer o acordo e passar por cima, em um requerimento em que o meu partido encaminhou “não” e a diferença foi de 20 votos. Se o encaminhamento fosse “sim”, nós poderíamos ter revertido, porque a maioria da bancada do PSB votou sim, Sr. Presidente.

É uma vergonha o que nós estamos fazendo para depois pedir respeito à sociedade brasileira, se nós não nos respeitamos, nem respeitamos a sociedade que está lá fora, pedindo tanta coisa enquanto é criado um fundo com essas composições.

Agora por último vem alegar que não há tempo para conferir as assinaturas? Ora, Sras. e Srs. Parlamentares, não há tempo para conferir as assinaturas quando há tempo para tudo?

Começou-se a votação do projeto do Deputado Vicente Candido quando nem estava distribuído a todos ainda.

E agora, quando nós pedimos simplesmente que a votação seja nominal, para todo mundo deixar a sua digital, a digital foi deixada na votação do requerimento de votação nominal. Eu votei “sim” para que fosse nominal, para que o povo brasileiro pudesse, neste momento, saber como vota o seu representante aqui em Brasília.

Depois não reclamem da distância que existe entre este Parlamento e a sociedade brasileira. Muito obrigado. É uma vergonha!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, Celso Pansera tem V.Exa. a palavra para falar contra.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, felizmente nós tivemos duas votação nominais antes desta. Nós vamos guardar os nomes de quem se posicionou aqui contra o fundo.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não, não adianta. Fugiram de colocar o voto. Não adianta.

O SR. VALDIR COLATTO - Está contra? Vai prestar a conta.

O SR. CELSO PANSERA - Eu voltarei aqui, depois das eleições do ano que vem, para ver quem dos ilustres senhores que votaram contra aqui e pegaram dinheiro do fundo para financiar suas campanhas. (*Palmas.*)

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Os que estão aplaudindo é porque estão com medo. Todos que estão aplaudindo V.Exa. é porque estão desesperados. Não sabem como vão fazer...

(Tumulto no plenário.)

O SR. CELSO PANSERA - Na minha terra, quando um burro, o outro baixa a orelha. (*Apupos.*)

Eu estou defendendo aqui a minha posição. Eu não me escondo em nenhuma posição e quero dizer a todos vocês que defendi na Comissão, defendi aqui, diversas vezes, e acho o fundo mais do que necessário, porque nós estamos impedidos de pegar doação de pessoa jurídica. Eu não tenho condições de financiar a minha campanha e quero concorrer de novo, porque apresentei uma série de projetos, nesta Casa, que são muito bons para o futuro do Brasil, que estão tramitando.



Quero voltar aqui em 2019, e preciso de ajuda de recursos públicos para defender as minhas posições no ano que vem. Não me escondo, senhores.

Estou guardando a lista nominal das duas votações de hoje. Vou compará-la com a prestação de contas de V.Exas. e voltarei aqui para falar sobre isso ao fim de 2018. Vamos ver quem tem coragem. Vamos ver quem é coerente e quem é cínico.

Por isso, nós somos contra o destaque do PHS. Falta há muitos aqui a coerência que eles não têm lá fora, e querem demonstrar aqui dentro.

O SR. DIEGO GARCIA - Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem.

O SR. JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Diego Garcia para fazer uma questão de ordem.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Faço uma questão de ordem com base no art. 185, § 4º, que assim dispõe:

Art. 185.....

§ 4º Havendo-se procedido a uma verificação de votação, antes do decurso de uma hora da proclamação do resultado, só será permitida nova verificação por deliberação do Plenário, a requerimento de um décimo dos Deputados — 52 Deputados —, ou de Líderes que representem esse número.

Esse pedido está sobre a mesa de V.Exa., e nele há a assinatura de mais de 50 Deputados. Cabe à Mesa conferir as assinaturas. Se as assinaturas dos



Deputados que assinaram não valem nada, isso significa que não vale nada isto aqui mesmo. Nós temos que ter responsabilidade e respeitar as assinaturas dos Deputados. Têm que ser respeitadas as assinaturas dos Deputados que estão sobre a mesa de V.Exa.

Durante a conferência da votação passada, foi clara a manifestação aqui no plenário. Foi clara.

Eu peço, neste momento, que pelo menos 50 Deputados levantem a mão a favor da verificação nominal. Pelo menos 50 levantem a mão a favor da verificação.

(Os Deputados levantam as mãos.)

O Plenário tem que ser respeitado, Sr. Presidente!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. encaminhou as assinaturas.

O SR. ALBERTO FRAGA - Isso é matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. HILDO ROCHA - Matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - As assinaturas precisam ser confirmadas. Elas não podiam ser confirmadas. E naquele momento V.Exa. não fez o pedido que fez agora.

Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DIEGO GARCIA - Sr. Presidente, se a Mesa não tem competência para conferir, quem tem aqui?



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, a Mesa tem competência. V.Exa. respeite os funcionários desta Casa. V.Exa. tem a sua posição. Respeite os funcionários desta Casa.

(Manifestação no plenário: Muito bem!)

O SR. DIEGO GARCIA - A Mesa tem que responder se as assinaturas são válidas ou não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu já respondi como Presidente, Deputado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, eu pedi da tribuna a conferência das assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Deputado da JBS!

O PMDB encaminha "sim", Sr. Presidente, contra os Deputados da JBS que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou bloquear os microfones para que o Deputado José Rocha fale. Assim que ele terminar, todos terão o direito de falar.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador) - A Minoria vota "sim".



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é lamentável esse resultado, tendo em vista o problema trazido a esta Casa pelo Senado da República, uma Casa revisora, que deveria esperar a Câmara dos Deputados apresentar o projeto do fundo.

(Tumulto no plenário.)

O SR. JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado José Rocha está com a palavra.

O SR. JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável, sob todos os aspectos, nós termos que votar um monstrengo apresentado a esta Casa como forma de um fundo de financiamento de campanha.

É uma proposta vinda do Senado da República, que, sendo Casa Revisora, deveria ter esperado que a proposta fosse originária desta Casa. E nós tivemos a oportunidade de apresentar um projeto de financiamento que não deu seguimento, porque o Senado se colocou totalmente contrário à iniciativa desta Casa.

E nós, Sr. Presidente, não podemos admitir que 30% desse fundo sejam divididos igualmente entre os candidatos de cada partido, estimulando candidaturas fantasmas, candidaturas laranjas. Não podemos admitir que 10% desse fundo sejam destinados ao segundo turno da candidatura majoritária. Não podemos admitir, Sr. Presidente, que um fundo partidário que terá sua distribuição determinada pelas eleições proporcionais, pelos votos recebidos pelos Deputados



Federais, seja utilizado exclusivamente para a eleição de Senadores e de Presidentes da República. Não podemos admitir isso, Sr. Presidente.

Digo ao Deputado do Rio de Janeiro que me antecedeu: o PR votou contra o fundo, porque não aceita que seja aplicado, seja instituído conforme a posposta que o Senado enviou a esta Casa. Quem molhou esse carvão que o abane. O Senado deveria abanar o carvão molhado que mandou para esta Casa.

Portanto, o PR vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Rôney Nemer, na última votação nominal, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE - Confira as assinaturas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere um pouco.

Como vota o PSDB?

O SR. IVAN VALENTE - É preciso dar um tempo para a Mesa conferir as assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minuto, Deputado.

O SR. VICTOR MENDES (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero deixar consignado, em primeiro lugar, que votei contra a criação do fundo. Quero deixar isso consignado.



Em segundo lugar, o PSDB vai liberar os seus membros.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, o PP vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PP vota "sim".

Como vota o PSD?

O SR. VICTOR MENDES - O PSD vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

O SR. ALEX MANENTE - Sr. Presidente, o PPS quer usar o tempo de Liderança.

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o que mais me angustia nisso é ver que estão fazendo toda essa luta de plenário...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Alex, preciso da autorização do seu Líder.



A SRA. JANDIRA FEGHALI - ...para criminalizar algo que não é crime. Está se discutindo um fundo...

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, o Líder está em viagem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está certo. Eu não sabia.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Aí fica difícil. Presidente, eu quero outro tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar por 1 minuto, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Não é possível. Enquanto um está falando, o outro interfere.

O que mais incomoda é que estão fazendo essa luta, esse pugilismo dentro do plenário para transformar em crime o que não é crime. Há uma transparência aqui dentro de se votar um fundo público, associado a campanhas mais baratas, para que o povo controle algo que é democrático, o financiamento de campanhas para a democracia brasileira.

Eu queria ter visto essa coragem toda para impedir rasgarem a CLT aqui dentro, eu queria ter visto essa coragem toda contra o *impeachment* para evitar um golpe neste País. (*Palmas.*) Isso eu não vi! Isso eu não vi! Mas para impedir um fundo público de campanha eu vejo essa coragem toda aqui de brigas, socos e tapas. Eu queria ter visto essa coragem toda para impedir tirarem direitos dentro deste plenário. E isso eu não vi.

Por isso, o PCdoB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Alex...

A Liderança do PPS está com a palavra, mais a orientação. (*Pausa.*)

O SR. PAULO FOLETTO - Presidente, só um esclarecimento: esta sessão...



O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSC encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alex Manente, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS, mais a orientação.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, novamente estamos aqui. E nos deixa muito envergonhados o fato de, neste momento — com todo o direito que cada Parlamentar tem de entender o fundo partidário de uma maneira —, nós não deixarmos claro como ele pensa para toda a sociedade. Mas nós teremos agora também nesse destaque, e em outros que virão, a oportunidade de registrar o que cada Parlamentar pensa em relação ao fundo eleitoral, porque não é possível, com tamanha divulgação do que existiu, com tamanha mobilização da sociedade que nós tivemos por toda a parte, por todo o País, por toda a sociedade civil organizada, a Câmara dos Deputados fazer uma votação simbólica, quando nós tivemos, pelo menos, metade do Plenário levantando a mão e se posicionando contra a essa questão.

Por isso, nós aqui, mais uma vez, declaramos, utilizando o que o nosso partido defende, que o PPS defende, desde o início, que tenhamos campanhas com teto menor, com menores gastos, sem financiamento privado, mas sem financiamento público de eleição, sem um fundo específico para eleição, ainda mais um fundo que vai tirar esses recursos de emendas de bancada, que são utilizadas pelos Governos dos Estados, pelos Municípios e que, certamente, empenhadas na campanha, deixarão de ter os investimentos que a população espera.

É importante nós sabermos que, apesar de a votação principal já ter passado de uma maneira com que certamente a população não concorda, uma maneira



simbólica, com metade do Plenário se posicionando contra o fundo, infelizmente, não tivemos a votação nominal e a digital de cada Parlamentar quanto ao que pensa sobre o fundo, respeitando quem é a favor, mas se deve deixar a posição clara. Se não tem nada o que esconder, que vote a favor, deixe a digital, para que nós tenhamos aqui claro, no plenário, quem defende o que.

Nós teremos novas oportunidades. Esse destaque, por exemplo, retira o fundo eleitoral e é uma oportunidade que nós temos de corrigir a votação simbólica, que houve no mérito principal da votação do Senado, para que tenhamos, a partir de agora, essa demarcação de ideologia, do que pensa cada um.

Volto a insistir: o nosso partido, o PPS, desde o primeiro momento, mostrou-se contrário ao fundo, não porque nós queiramos financiamento privado, mas é possível fazer campanhas mais baratas. É possível termos campanhas como foram feitas as últimas eleições municipais e criarmos, inclusive, a cultura na nossa população de fiscalizar aquilo que é o abuso no nosso País, que é a utilização do caixa dois, onde as campanhas são caras, milionárias e não respeitam o eleitor, não debatem propostas e ideias.

Infelizmente, nós temos um conteúdo político que hoje é rejeitado por grande parte da nossa sociedade, mas há a oportunidade nesta votação, ou em próximas que virão, de nós corrigirmos e deixarmos claro quem é a favor do fundo eleitoral e quem não é.

Eu estou vendo aqui muitos discursos de quem é a favor e defende o fundo dizendo que não tem receio de mostrar o que pensa. Então, vamos votar nominalmente, vamos votar de forma que cada Parlamentar deixe claro para o seu



eleitor o que pensa em relação à constituição desse fundo eleitoral que, na minha opinião, não deveria existir.

Por isso, volto a insistir que nós somos contra esse fundo e vamos votar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, respeitando a grande maioria da bancada do PSB, vinte e um Deputados optaram pela votação nominal. Isso reflete que a bancada do PSB não quer a criação desse fundo.

O encaminhamento nesta votação é “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Júlio Delgado que falar agora? *(Pausa.)*

O SR. LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, quero votar pelo PRB.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP-RR. Pela ordem. Sem revisão.) - Sr. Presidente, o Deputado Hiran Gonçalves votou com o partido nas últimas votações nominais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar pela Liderança do PSB, concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o tempo todo eu defendi aqui as minhas convicções. Enquanto defendia as minhas convicções, houve insultos de Parlamentares debochando da nossa posição.

Primeiro, eu quero dizer ao Deputado Celso Pansera que aqueles que renunciam o direito ao fundo porque não vão receber no ano que vem, se a emenda



do PDT tivesse estabelecido que, em vez de o fundo ser repartido entre os políticos de novo, se, em vez disso, voltasse para a finalidade para o qual era destinado, eu assino qualquer proposta nesse sentido.

Eu, como Parlamentar, assino qualquer proposta para, em vez de ter o dinheiro do fundo a que tenho direito, revertê-lo para a finalidade que originalmente foi criado e não para revertê-lo para redividir entre os políticos que querem ter mais dinheiro com a anuência desses Deputados que são contra a criação desse fundo. Digo isso muito claramente. E eu estava recebendo as ofensas aqui enquanto falava.

E diziam: *“Já aprovamos! Vai ser aprovada!”*, até que o Deputado Hildo Rocha veio com o celular e mostrou uma relação da Odebrecht que foi entregue para os políticos que estavam envolvidos. O Deputado Onyx Lorenzoni, através de uma perícia na Polícia Federal, já desmascarou aquela lista.

Certa feita, um Procurador me disse o seguinte: *“Júlio, você sabe quem fica preso lá em Curitiba? Eduardo Cunha, e ele te odeia. Ele está junto de Marcelo Odebrecht, que nem sabe quem você é, e está junto de outros, que eu não quero citar aqui. Essas pessoas não gostam de você porque você faz um trabalho correto de apuração. Você acha que lá dentro da cadeia eles vão ficar maquinando o quê, visto que não há gravação, não existe filmagem, não existe denúncia?”* E eu não sou investigado pelo Supremo Tribunal Federal, não respondo a nenhum processo no Supremo Tribunal Federal.

E ele veio com uma listinha, Deputado Manato, me mostrando uma lista apócrifa que foi inventada diante da denúncia daqueles que responderão. E muitos aqui, eu já disse, já provaram a sua inocência. E digo que são amigos, como o



Deputado Luis Carlos Heinze, em outros momentos como este em que essa deturpação aconteceu, neste período.

Todos aqui nesta Casa me conhecem, sabem da minha autenticidade. Vibro e tenho força naquilo que defendo, porque não tenho rabo preso. A minha vida já foi virada umas três vezes de cabeça para baixo quando eu tive que investigar (*ininteligível*) aqui e não encontraram nada. Agora, vêm aqueles que defendem a criação desse fundo.

Olhem a sociedade, olhem o povo brasileiro, vejam aqueles que estão contra a criação desse fundo e vejam aqueles que estão a favor. Lógico que com exceções, mas os investigados, os que verdadeiramente têm culpa no cartório, aqueles que tiveram milhões encontrados dentro de apartamento, todos, foram favoráveis à criação desse fundo. Usam o dinheiro do financiamento privado que já acabou e querem continuar usando agora o mesmo dinheiro de financiamento público. Que vergonha! Volto a dizer, mais uma vez: que vergonha a sustentação daqueles que são éticos, e muitos aqui o são, e defendem compartilhar esse fundo com aqueles que não são éticos, com aqueles que não deveriam estar aqui, que não respondem ao anseio da sociedade brasileira.

Em todo o momento eu falei, está ali a Deputada Jandira, estão ali os Deputados que eu respeito, como o Deputado Fontana, dizendo que eu não era a favor de nada. Sempre defendi pegar o dinheiro, e eu vou falar bem claro, da isenção do programa partidário de televisão dos partidos e passar para o fundo partidário existente. Mas criar outro fundo, este com parte de recursos públicos que poderiam ir para outras áreas? Mas ser criado, neste momento por esta Casa, no



liminar, para não falar como o presidente me pediu, no prazo final para fazermos a reforma política? No limiar?

Na sexta-feira não podemos fazer mais nada para o ano que vem. Que bom seria, Sras. e Srs. Parlamentares, se começássemos a fazer uma reforma política na próxima segunda-feira. Essa, sim, estaria descompromissada dos nossos interesses; essa, sim, estaria descompromissada do umbigo daqueles que querem fazer recurso para poder facilitar as suas campanhas. E muitos deles, todos eles, todos aqueles que estão respondendo e devem na Justiça apoiam a criação desse Fundo.

Eu quero ver um Deputado, que não estiver investigado; eu quero ver um Deputado, que não tenha rabo preso, que seja contra a criação desse Fundo, porque, aqueles que já usufruíram querem, mais uma vez, pegar recurso público, para juntar com dinheiro de corrupção, para fazer eleição. Estão mal-acostumados e falam que o cidadão é que está mal-acostumado pedindo dinheiro em campanha. Não é, não! Nós é que os acostumamos mal, ao querer oferecer dinheiro para poder comprar a consciência de cada um. E para isso é que os Deputados querem mais dinheiro: para fazer campanha, comprar a consciência do cidadão; tirar dinheiro de onde não deve tirar, do capital.

Eu estou aqui não só para defender a minha postura: são 15 anos, Deputado Hildo, 15 anos nesta Casa, com uma conduta irrefutável. E digo a V.Exa.: nem V.Exa, nem ninguém aqui tem moral para falar da minha postura e da minha conduta nesta Casa.

Digo mais aos Srs. Parlamentares, ao Sr. Presidente, a quem eu já tinha solicitado: fui eu, Deputado Rodrigo Maia, que pessoalmente fui atrás de cada uma dessas 59 assinaturas subscritas, que V.Exa. tinha que ter o direito de considerar,



para dar nominal, para a gente fazer justiça nesse limiar, do limite, do momento final de uma reforma para as eleições do ano que vem. Esses podem estar neste momento querendo colocar a sua digital na criação desse Fundo, que vai se somar com muito dinheiro de corrupção, que ainda está por aí.

Eu peço aos Deputados, não só 59, mas os 200 que votaram “sim” ao requerimento, que se manifestem para que a gente possa ter a votação nominal da criação desse Fundo sem-vergonha.

Muito obrigado.

Eu peço aos Deputados, não só aos 59, mas aos 200 que votaram “sim” ao requerimento, que se manifestem para que a gente possa ter a votação nominal da criação desse fundo sem vergonha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o Podemos?

O SR. HILDO ROCHA - Sr. Presidente, eu fui citado e eu quero fazer o seguinte esclarecimento...

O SR. ARTHUR LIRA - Faça isso não, Hildo. Era o que ele queria. Deixe para responder depois.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu sei, mas apenas quero esclarecer. O que eu falei e mostrei para ele no celular o site do TSE que mostra que ele recebeu dinheiro da Odebrecht, da UTC, da JBS e de outras construtoras envolvidas na Lava-Jato.

O SR. DIEGO GARCIA - Esse é o defensor do dono da mala, é o defensor da quadrilha.



O SR. ROBERTO FREIRE - Com certeza é calhordice, uma simples provocação, um desrespeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Leandre, pelo PV.

Solicito a retirada dessas palavras dos Anais, para que a gente acabe com o conflito.

A SRA. LEANDRE - O Partido Verde entende que onde há...

O SR. ALBERTO FRAGA - Vai começar de novo esse negócio?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, eu já tirei dos Anais da Casa a frase dele sobre doação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Leandre, por 3 minutos.

A SRA. LEANDRE - E mais o tempo de orientação, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Claro, 4 minutos.

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

O Partido Verde entende que criar um fundo para financiar campanhas é extremamente complicado neste momento, porque nós não temos como ampliar o financiamento para a saúde, nós não temos como ampliar o financiamento para a educação, nós não temos como ampliar financiamento para as políticas públicas.

Então, criar se um fundo para financiar campanhas é algo extremamente difícil para a sociedade brasileira aceitar.



Mais uma coisa, também, que eu quero aqui ressaltar, Sr. Presidente: a maneira que o Regimento Interno desta Casa vem sendo usado. Em alguns momentos se recorre ao Regimento Interno para o Parlamentar poder fazer, inclusive, uma aproximação de texto, coisa que é difícil até de aceitarmos.

Em outros momentos, em que o Regimento Interno deveria ser observado, quando foi usado com determinação e com critérios, ele é simplesmente rasgado. Como aconteceu agora.

Por que nós pedimos uma votação nominal? Solicitamos a V.Exa. uma votação nominal, mas em nenhum momento nós fomos atendidos.

Neste momento, estamos colhendo as cinquenta e nove assinaturas, mas gostaríamos que V.Exa. entendesse que é importante o direito de cada um votar como quiser. O problema não é que se vote a favor ou contra o fundo eleitoral, o problema é o direito que temos de mostrar para a sociedade quem é contra e quem é a favor.

Então, Sr. Presidente, nós pedimos a V.Exa., neste momento, que conceda essa votação nominal para esse destaque, porque é extremamente importante para esta Casa mostrar que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados tem valor, e que praticamos aquelas coisas que pregamos.

Infelizmente, quando estamos lá atrás pedindo a palavra, nem sempre somos tratados com educação, como fui tratada agora nesta tribuna.

Não gostaria, na verdade, de estar aqui usando o tempo de Líder. Mas, muitas vezes, falamos e não somos ouvidos, muitas vezes fazemos uma simples pergunta e pedem para que nós recorramos aos *Anais* da Casa.



Então, por esse motivo, Sr. Presidente, eu gostaria, da maneira que V.Exa. fez dando a palavra para a orientação agora, e deu a palavra para que pudéssemos falar sobre nosso entendimento, que o fizesse, também, quando usássemos o tempo de Liderança, quando fôssemos falar pela Liderança ou fazer a orientação, que V.Exa. também esperasse para abrir o painel para a votação. Senão, por que há o tempo de orientação, se nós não podemos orientar?

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia) - Como vota o PHS?

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria chamar os Deputados que querem verificação nominal nesta matéria para que viessem ao centro do plenário, para que, quando se encerrar o encaminhamento, nós possamos juntos pedir, porque se nós Deputados não temos direito ao pedido de verificação de uma matéria tão importante como essa, eu não sei quem tem.

Sr. Presidente, eu queria pedir, se possível, pode ser durante o meu encaminhamento, que V.Exa. dissesse qual foi o resultado das assinaturas. Sr. Presidente, qual foi o resultado das assinaturas, elas foram conferidas?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, como orienta o partido?

Esta questão está respondida e superada.

O SR. DIEGO GARCIA - Gostaria que V.Exa. desse a resposta à minha questão de ordem. Eu gostaria da resposta sobre as assinaturas, se há sobre a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, eu já disse que essa questão está superada. Como vota o PHS?

O SR. DIEGO GARCIA - Infelizmente, vamos votar dessa maneira.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “não” porque sente que há um atropelo pela essência da matéria. Nós sabemos que a história da humanidade revela que talvez a parte mais sensível do corpo humano seja o bolso. A vida política brasileira, desde os primórdios da República, controlada por oligarquias partidárias, tem muito isto: política colonizada pela economia.

Então, de toda a propalada e absolutamente necessária reforma política, nós estamos aqui neste triste epílogo, um debate violento, acalorado, em torno da grana, do vil metal, do poder corrosivo do dinheiro. Parece que não sabem fazer campanha com conquista da cidadania pela proposta, pela tese. O ideal mesmo é que paulatinamente até o fundo partidário acabe, sem abuso...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PROS?

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta “sim”.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PROS orienta “não”.

O PROS é contra a criação do fundo eleitoral, do fundão. Somos a favor, somos totalmente a favor da votação nominal para ficar claro o posicionamento de cada Deputado. Inclusive, há mais de um ano nós deixamos claro o nosso posicionamento: defendemos uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política, e quem fizer parte dela, deve ser proibido de se candidatar na eleição seguinte, para não poder legislar em interesse próprio.



Este é o posicionamento do PROS: contra o fundo eleitoral e em defesa da votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado João Derly, pela Liderança do REDE.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, vamos mandar todos os Deputados virem para o centro do plenário, para nós votarmos e levantarmos a mão juntos.

O SR. LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, o PRB quer orientar depois.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado João Derly.

O SR. JOÃO DERLY - Sr. Presidente, o Deputado Miro Teixeira vai fazer encaminhamento de voto, depois usar o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado. Depois, o Deputado Miro vai orientar. Pode usar a palavra.

O SR. JOÃO DERLY - Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode.

O SR. JOÃO DERLY - Então, está bom. Então, peço para restituir meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado João Derly, que falará pela REDE.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Como Líder. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Deputados, hoje nós fazemos a discussão da tal reforma política. E, quando eu conversava com nossos Parlamentares da Rede, nossos quatro Parlamentares, a concepção dessa reforma sempre teve o fundo para a criação de um fundo.



Como pano de fundo foram colocadas discussões, algumas delas que deveriam ser importantes e que, de fato, não aconteceram na reforma, como, por exemplo, a transparência dos partidos na prestação de contas, em que os partidos prestam uma nota de despesas muito genérica e nada específica. E quando falam de um fundo vindo para quê? Vai ter transparência para as pessoas saberem onde está sendo aplicado. E por que essa transparência não acontece também nos recursos que têm os partidos de fundo? Porque querem utilizar os recursos de forma equivocada e da maneira que bem entendem. Bom, sem falar no desconto de 90% de financiamento de multas eleitorais a partidos políticos. Um absurdo! Noventa por cento de desconto no financiamento de multas eleitorais a partidos políticos! É isso mesmo, quem nos assiste.

Parcelamentos de multas eleitorais e não eleitorais, multas inclusive da Lava-Jato. E esses partidos, defendendo esse fundo, que cobra a diminuição dos custos de campanha e que chegou ao ponto de querer no parcelamento de multas eleitorais e não eleitorais... Aqui, PT: doação de bancos...

O Líder do PT sobe à tribuna para atacar a Marina Silva. Mas o PT teve aportados 13,7 milhões de reais por bancos e 63,9 milhões de reais por empreiteiras; o PSDB, 15 milhões de reais por bancos e 30,8 milhões de reais por empreiteiras; o PMDB, 10,8 milhões de reais por bancos e 23,4 milhões de reais por empreiteiras.

Não é possível destrinchar este assunto, mas o Bradesco doou ao PSDB 5,9 milhões; ao PT, 5,3 milhões; ao PMDB, 4,7 milhões.

Esse é o fundo! Os partidos se acostumaram a fazer campanhas eleitorais com muito recurso, muitas vezes, de forma ilícita, com propina mascarada.



Os políticos desses partidos não conseguem mais gastar a sola do sapato, conversar com as pessoas, no dia a dia nas ruas. Eles precisam de quê? De material para levar seu nome, de propagandas eleitorais, de marqueteiros que ganham milhões. Eles desviam recursos para os marqueteiros para enganar as pessoas, para difamar a imagem das pessoas corretas.

Esse é o fundo que nós estamos criando hoje aqui nesta Câmara Federal. A vergonha é de estar hoje aqui vendo isso acontecer.

Talvez um fundo privado, em outra ocasião, pudesse ser discutido. Mas, na ocasião, o fundo é esse. Novamente é para os grandes partidos se manterem no poder e terem dinheiro para financiar as suas campanhas milionárias.

Agora o Deputado Miro Teixeira fará o encaminhamento pela Rede.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira. *(Pausa.)*

O SR. LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, a próxima orientação é de qual partido? O PRB ainda não orientou também.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PTB/PROS/PSL encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Assim que V.Exa. me der o microfone...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Desculpe-me.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Eu posso começar?



O SR. WALNEY ROCHA - Sr. Presidente, o PEN. Também quero usar o tempo, que já foi autorizado pelo Líder...

O SR. MIRO TEIXEIRA - V.Exa. pode me reestabelecer o tempo, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA - V.Exa. pode reestabelecer o tempo? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para o PEN, eu preciso da autorização formal do Líder, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Hoje é um dia, Sr. Presidente, que traz muitas experiências para as nossas vidas. Ao longo de meses, desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, nós ouvimos aqui neste plenário os gritos de Parlamentares contra Parlamentares — uns chamando uns de golpistas, outros chamando outros de ladrões.

Hoje não aconteceu nada disso. Hoje se viu até uma grande aliança da oposição com a base do Governo, porque a oposição está pleiteando um veto do Presidente Michel Temer. E foi confirmado, eu penso aqui, pela Mesa que há o compromisso da Liderança do Governo de conseguir o veto do Presidente da República a esse projeto, para que se satisfaça a vontade das Sras. e dos Srs. Deputados.

É uma tarde inesquecível. Votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Walney Rocha, pela Liderança do PEN...

Ele tem direito. Eu não posso negar a palavra a quem tem direito.

O SR. WALNEY ROCHA - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu não dei de novo. O PEN não falou ainda pela Liderança.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Falou.

O SR. WALNEY ROCHA - Tenho 5 minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PEN não falou.

Pode falar, Deputado.

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, até porque nós não usamos o tempo do PEN ainda. Estamos usando neste momento.

O que nos causa, na verdade, espanto é que, muitas das vezes — e a sessão está calma hoje, com menos gritarias, menos afoitos —, partidos que o tempo inteiro fizeram críticas ao Governo, quando o Governo contingenciou a área da saúde e a área da educação — *“Governo criminoso, que não faz investimento, que está jogando o dinheiro fora”* —, partidos que o tempo inteiro jogaram para a plateia, hoje votam favoravelmente ao fundo público de campanha, o mesmo fundo que vai mexer no recurso da educação, no recurso da saúde e também das emendas parlamentares, que hoje vêm salvando os Municípios, principalmente Municípios do interior do Estado.

Parece que as coisas não estão caminhando junto com o discurso. Parece que a prática está se distanciando do discurso. Com certeza, se nós estivemos em defesa e lutamos para que não fosse contingenciado nem do setor da saúde, nem do setor da educação, hoje estamos fazendo o movimento contrário. Há partidos que estão fazendo o movimento contrário. Eu gostaria de entender essa matemática e



fico preocupado com a cabeça do eleitor. Eu fico preocupado com a cabeça da sociedade. O que eles estão pensando nesta hora?

Olha, eu escutei ontem um grupo falar que é contra mexer no salário, que é contra mexer nos investimentos para educação, e esse mesmo grupo hoje faz o contrário! Quem está hoje pela primeira vez assistindo a sessão da Câmara Federal está assustado. Ele está assustado, porque viveu a vida toda em cima de um discurso, em cima de uma falácia. Mas está vendo que hoje a prática é diferenciada.

Por isso, é espantoso ver como os partidos, quando se colocam entre interesses e acordos, mudam a sua opinião.

Por isso, nós do PEN vamos manter a nossa opinião, vamos firmar o nosso posicionamento. Não vamos usar um discurso e, depois, outra prática.

Ninguém aqui quer criminalizar essa questão. Ninguém aqui quer criminalizar como era feito no passado, através das empresas, porque era legal, estava dentro da proposta...

Sr. Presidente, peço mais 1 minuto para acrescentar o tempo de Liderança ao tempo da orientação, o que é regimental.

Então, nós queremos encerrar a nossa fala, mas queremos firmar a posição do PEN. O PEN é totalmente contra recurso público de campanha. É claro que o outro modelo também era legal, até se tornar imoral. Era legal até se tornar ilegal.

Mas essa questão...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?



O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o partido quer, primeiro, dizer o quanto ele respeita V.Exa.; segundo, dizer o quanto ele respeita também os outros Parlamentares e as posições diversas que eles têm.

O Parlamentar que aqui está foi eleito pelo voto popular, então ele precisa, claro, responder à vontade do seu eleitorado. E todos os Parlamentares que aqui estão, votando da maneira como estão, na nossa avaliação, são dignos de todo o respeito.

Na realidade, a cultura do desrespeito gera violência, o que nós não queremos aqui neste plenário. O que queremos neste plenário é que o Brasil entenda muito bem a posição de cada partido.

O PRB quer votar contra o fundão. Portanto, o nosso...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PRB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da manutenção do texto permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

MANTIDO.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR) - Presidente, verificação nominal pedida pelos Parlamentares que a assinaram. Nós já a entregamos.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP) - Sr. Presidente, verificação. Temos mais de 51 assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem que ter apoio.



O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Não tem apoioamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estou pedindo o apoioamento.

(intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Apoioamento de mão.

O SR. ARTHUR LIRA - Não tem 31, Presidente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Está na mesa, Presidente.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Matéria vencida.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Presidente, tem apoioamento.

O SR. IVAN VALENTE - Tem mais de 50 apoioamentos na mesa.

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV apoia.

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Estou conferindo 38.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem apoioamento.

O SR. IVAN VALENTE - Tem mais de 50 apoioamentos na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem. Não tem. Tem que ter na mão. Tem que ter no plenário, Deputado.

O SR. ARTHUR LIRA - Tem que ser apoioamento formal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem que ter no plenário.

(intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vai ter outro destaque. Se tiver apoio, eu vou dar. Mas não tem.

(intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu contei aqui. Não tem o apoio.

(intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Já deu 1 hora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Gente, não precisa berrar.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Já deu 1 hora, tem que conferir a assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Carimbão, se for um berro maior, mais alto...

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Segundo aqui, já tem 1 hora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se for quem berra mais alto...

O SR. ARTHUR LIRA - Não haverá apoio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Calma, aí vai ser uma disputa que ninguém vai ganhar.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Calma! V.Exa. pode esperar?

O SR. IVAN VALENTE - Posso falar depois também?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere, espere. Eu achei que o apoio fosse de 51, 59, mas o apoio é de 31.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.



Está iniciada a votação.

(Manifestação no plenário: Parabéns!)

O SR. DIEGO GARCIA - Agora é a hora! Agora é a hora da votação!

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Vamos fazer obstrução!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Agora vamos...

O SR. MIRO TEIXEIRA - A REDE entra em obstrução!

(Não identificado) - É contra o Fundo, é "não". Vai ficar registrado!

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A bancada do PT vota "sim".

O SR. MIRO TEIXEIRA - É preciso mudar o painel, a REDE entra em obstrução.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Vamos derrotar os chorões, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Peço que entre em obstrução quem não quiser o dinheiro público!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - REDE em obstrução.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Quem não quiser o dinheiro público deve entrar em obstrução.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota "não".

A SRA. GORETE PEREIRA - Presidente, eu gostaria de falar.

O SR. WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputada Gorete Pereira.

(Pausa.)

O SR. WEVERTON ROCHA - Pela Liderança do PDT, Presidente.

A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Eu gostaria de encaminhando aqui, porque o meu partido já encaminhou "não", Presidente, agora com muita tristeza, de fazer um registro. V.Exa. havia prometido que, às 15 horas, nós votaríamos a PEC 134 das Mulheres.

Como não foi cumprido o prometido, eu queria que todas as mulheres aqui presentes fossem contra o Fundo para mostrar realmente união, porque o que fizeram conosco nesta Casa, com a PEC 134, foi muito ruim. Que todas as mulheres votem "não", contra o Fundo, para que nós possamos ser mais respeitadas nesta Casa, Presidente, porque da forma como está...

Esta é uma PEC que nós estamos pedindo a V.Exa. há não sei quanto tempo para ser votada, chega o dia de hoje, ela é prometida, e não é votada. Nós temos que...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha pela Liderança.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PDT vem à tribuna no papel de Líder, como já fez várias vezes, defender o que nós pensamos não só em relação a esta reforma. Sempre fizemos essa defesa clara do sistema político do nosso País por meio do financiamento público.



Eu gostaria de pedir a todos os Deputados do PDT que venham ao plenário votar “sim” e a todos os Deputados que são contra o financiamento público de eleição que já comecem um movimento forte, caso não haja o fundo eleitoral, para proibirmos o uso do dinheiro do Fundo Partidário para eleição. Isso sim, é acabar com o fundo público dentro das eleições.

Eu conheço vários Deputados que são coerentes, não utilizam o fundo eleitoral. Eles são contra o fundo eleitoral, são contra o fundo partidário na eleição, portanto têm tranquilidade, Deputado Major Olimpio, têm legitimidade para falar. Mas não concordo com Deputados que utilizam o Fundo Partidário, que fazem o poupanção, que não criam partido político, que todos os meses guardam dinheiro, que não apoiam Deputado Estadual na eleição — V.Exa. já foi Deputado estadual e sabe disso —, não apoiam chapas majoritárias para fazer partidos em seus Estados e Municípios e, quando chega a eleição, está com o polpação guardado para fazer a eleição dos seus Federais.

Então, Fundo Partidário tem que ser para criar partido, Deputada Jandira, não pode ser para fazer eleição. Por quê? Porque o Fundo Partidário é dinheiro público. Basta que os Deputados financiados com o Fundo Partidário lembrem que, no Brasil, o valor desse Fundo chega a quase 1 bilhão de reais por ano.

Portanto, se é para não ter, não pode ter em nada; e, se é para ter, tem que ter às claras, como disse a Deputada Jandira. Não entendo, e não concordo, por que criminalizar o que está sendo feito por dentro; por que criminalizar o que está sendo feito às claras; por que criminalizar o que está sendo dito ao Brasil sobre o que queremos ter de verdade. Por quê? Porque aqui nós temos coragem de defender que queremos um fundo público eleitoral para fazer eleição e para que os políticos



eleitos pelos partidos políticos sejam servidores da população brasileira. Muitos dos que até dizem que não são preferem continuar sendo taxados de políticos financiados por corporações ou por grandes empresas que influenciaram direta ou indiretamente este Congresso.

É claro que existem as questões ideológicas de cada frente, os que concordam ou os que não concordam. Nós vamos respeitar isso. Mas nós defendemos a nossa posição — e defendemos sempre! Isso está lá no Estatuto do nosso partido; está no nosso programa partidário. Sempre fizemos a defesa pública de que o programa, ou seja, de que o sistema político partidário, de que o sistema político eleitoral precisa, sim, de fontes de financiamento público para ficar às claras para o Brasil e para o seu país de origem, até porque nós adoramos o Direito Comparado de várias democracias consolidadas do mundo onde existem fundos eleitorais públicos.

Então, não há esse motivo de se fazer todo esse alarde ao dizer que aprovar o fundo público é eleger ficha-suja ou é eleger quem esteja errado perante a lei, até porque nós aqui repetimos: a população está acompanhando as votações desta Legislatura; a população sabe os que votaram a favor e os que votaram contra o golpe; a população sabe quem votou contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, que congelou o dinheiro da educação e da saúde, e liberou dinheiro para banco; a população sabe quem votou a favor da terceirização, quem votou a favor da reforma trabalhista, rasgando a CLT; a população sabe quem estava pronto para votar a reforma da Previdência, tirando os direitos dos nossos trabalhadores.



Portanto, essa é a nossa posição, respeitando todos os entendimentos divergentes. Agora, o nosso ponto de vista é este. Iremos defendê-lo aqui sem nenhum problema e sem nenhum constrangimento.

O PDT irá votar “sim”, Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE vota “não”.

O SR. JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está com a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, estou inscrito para falar pela Liderança da Minoria.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero só agradecer a V.Exa. Briguei todo o tempo para que nós pudéssemos ter a votação nominal, para que cada um pudesse se manifestar a favor ou contra, como o fez o Deputado Weverton Rocha, que, com coerência, se manifestou contrariamente. Quero respeitá-lo por isso.

E agradeço a V.Exa., porque, ao final, depois de uma longa sessão, volto a dizer, conseguimos ter a votação nominal, que foi propiciada por V.Exa. Por isso, quero agradecer.

E aqueles que querem ser contra o Fundo é só votar “não”, contra o fundão!

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Antes do Deputado José Guimarães, concederei a palavra ao Deputado Roberto Freire, por 1 minuto, porque ele está esperando por mais tempo.



O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, acho que seria bom para todos os Parlamentares...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ROBERTO FREIRE - É o Deputado Tiririca, que nunca fala...

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES - Pronto, finalmente ouvimos a voz do Deputado.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, é importante a Casa...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Ele tem que provar que ganha 100 mil reais por mês aqui. Deve tomar o dinheiro dos funcionários. *(Pausa.)*

É isso mesmo que estou falando. Ninguém acha graça mais da autodesmoralização do Parlamento. Isso é uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, a Casa deveria levar em consideração algo que é muito importante nessa hora. Tivemos uma eleição em 2016 dos Srs. Prefeitos e Vereadores. Não tivemos financiamento de empresa privada — já estava proibido — e não tivemos nenhum fundo eleitoral. E a eleição se realizou.

O que estamos defendendo é que se faça essa eleição de 2018 nos mesmos termos que foram feitas as eleições municipais em 2016. Qual é o problema? Vereador e Prefeito não merecem respeito nesta Casa? Não tiveram fundo eleitoral, não tiveram financiamento de empresa, fizeram campanha e tiveram resultados positivos, mesmo que tenha havido alguns problemas.



Temos que lutar contra os problemas, mas manter aquilo que foi positivo, e não inventar um fundo que vai buscar recursos que não são admissíveis em um Brasil em crise, em um Brasil que faz contingenciamento. Isso a sociedade não aceita.

Não se trata de hipocrisia ou de corrupção. Trata-se de bom senso. Eleições foram realizadas, não existe nenhum problema. Que se repita agora o mesmo sistema e o mesmo financiamento das eleições de 2016. É isso que o PPS prega.

O SR. ZÉ GERALDO - O maior caixa dois aconteceu na...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito para aumentar o som, porque há muito barulho.

Só vou fazer uso da palavra, Srs. Parlamentares, Deputadas e Deputados, em função do quórum que é necessário, e o Presidente ainda está aguardando a presença dos Srs. Parlamentares.

Ouvimos muitas coisas hoje nesse debate. Ouvimos de tudo. A primeira coisa que quero ressaltar na minha fala é que todos nós que estamos aqui fomos eleitos pelo povo, temos mandato eletivo, temos mandato popular. Ninguém aqui está autorizado a dar lição de moral em qualquer um de nós por ter essa ou aquela posição.

Em segundo lugar, quero dialogar com o Deputado Júlio Delgado. Já fui investigado por 8 anos pelo STJ e pelo Supremo, Deputado Júlio Delgado, e fui inocentado. Também já vi V.Exa. ser denunciado e ser inocentado. O fato de ter companheiros Parlamentares sendo investigados no Supremo não significa que eles já estão condenados a priori sem o devido processo legal.



Também este discurso aqui não vale.

O que vale aqui são as opiniões que temos. E aqui, em nome do PT, do PDT e do PCdoB, principalmente, e de vários outros partidos independentes, eu quero estabelecer a divergência frontal que existe. Nós da esquerda sempre defendemos o financiamento público de campanha. Por qual razão? Porque nós somos contrários ao financiamento empresarial, fonte inesgotável de corrupção no País.

Eu quero me dirigir aqui ao Deputado Roberto Freire, do PPS. Quando eu digo aqui que eu quero financiamento público é porque eu não quero mais que um candidato como João Doria, em São Paulo, possa colocar 7 milhões dele ou de alguém por caixa dois na sua campanha. Eu não quero mais isso. Eu não quero mais financiamento empresarial para que aqueles que têm dinheiro possam financiar as suas campanhas.

Eu defendo o financiamento público porque nós temos que garantir a igualdade de condições para a disputa. Nós não queremos só o empresário aqui dentro. Nós queremos fazer com que aquele que quer ser candidato dispute as eleições nas mesmas condições de qualquer outro que vai para a disputa eleitoral.

Nós queremos criar as condições de igualdade; queremos fazer com que qualquer militante do movimento social tenha condições, não sendo obrigado a passar por esse filtro da seleção econômica. Hoje, para ser eleito, se não tiver financiamento público, só há dois caminhos: primeiro, o caixa dois, o financiamento empresarial, e segundo, o financiamento público.

Se não for isso, será qualquer outra coisa.

Nós defendemos o financiamento público, Deputado Chico Alencar, porque é melhor a democracia ser financiada pelo poder público do que ser financiada pelo



poder econômico. Isso é um princípio para nós da esquerda, no mundo e aqui no Brasil. Nós queremos o financiamento público para evitar o uso do poder econômico nas eleições. Nós não queremos usar só o fundo partidário.

Trata-se de uma mentira quando dizem aqui que esse recurso do fundo eleitoral é tirado das emendas que vão para a saúde, que vão para isso ou para aquilo. Saibam V.Exas. que as emendas de bancada não são nem executadas. Elas foram e continuam sendo apenas caixa único do Governo para fazer superávit primário. O Senado aprovou o uso de apenas 30% dessas emendas, sem retirar 1 centavo da saúde, da educação ou dos programas sociais.

Todos os Deputados da Comissão de Orçamento sabem que as emendas de bancada não são executadas. Quando muito, são executadas 10%, 20% ou 30% delas.

Não é verdade também que aqueles que defendem o financiamento público estão tirando o dinheiro da saúde, da segurança pública, da educação e daquilo que é fundamental para garantir as políticas públicas.

Nós queremos o financiamento. Não temos problema, meus queridos Deputados que defenderam aqui a digital. Nós queremos, sim, ter digital. Não tem problema nenhum. Mas eu prefiro fazer campanha financiada por fundo público a fazer campanha financiada por empresário, porque depois a conta vem aqui para dentro, depois a conta vem com pressão. E isso não é mais possível num momento de crise de grandes proporções como a que nós estamos vivendo hoje aqui no Brasil.

Nós queremos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, defender o financiamento público, uma bandeira histórica da esquerda. Aqui, PCdoB, PT, PDT e



os aliados, que estão nessa mesma trincheira, preferimos o caminho da transparência. Nós queremos um fundo com o estabelecimento de teto, com o estabelecimento de condições e exigências para o alto financiamento.

Hoje em dia, como vocês que não querem o financiamento público, qualquer um que tiver dinheiro vai botar 5, 7 ou 10 milhões de reais na campanha, como fizeram alguns nas últimas campanhas municipais, como fez João Doria em São Paulo — ele botou 7 milhões na sua campanha. É justo isso? Isso cria condições de igualdade? É claro que não! Isso não cria condições de igualdade na disputa política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, todos os partidos cometeram equívocos nesse processo de financiamento empresarial — todos! —, até mesmo aqueles que usam recursos do fundo partidário.

Ora, evidentemente, há partidos que têm história. Eu ouvi discursos aqui assim: “O PT, o PMDB, não sei quem e não sei quem têm direito a 300 milhões de reais.” E a história? Será que não vale o princípio do voto na última eleição?

Se o PT e qualquer outro partido — PDT, PCdoB e mesmo o PSB — tem direito ao fundo partidário, é porque esses partidos têm história, tiveram voz na sociedade. Estamos aqui porque representamos milhões e milhões de brasileiros. É por isso que nós estamos aqui.

Eu quero! Eu não tenho problema em minha digital. O Deputado Hildo está aqui como Líder da Minoria. Nós defendemos o financiamento público. É o melhor sistema. Aqui não se trata de briga entre Câmara e Senado. Aqui nós temos que estabelecer o processo de respeito mútuo.



O que o Brasil viu hoje aqui não era o debate de mérito sobre aquilo que é divergente entre aqueles que defendem o financiamento empresarial e aqueles que defendem o financiamento público de campanha. Esse é o debate que nós deveríamos ter feito.

As acusações aqui não levaram a nada. Elas só levam a um processo de radicalização. Isso não é bom para o Parlamento. Para ser respeitado, o Parlamento tem que se respeitar. Ninguém aqui dentro pode apontar o dedo para o outro. Nós temos que fazer aqui o debate de ideias, não um debate de burros, uma troca de insultos.

Sr. Presidente, em nome da Minoria, eu quero fazer um apelo. Nós acabamos de votar a emenda que redistribui o fundo partidário. O projeto do Deputado Vicente prevê teto e impõe uma série de limitações. Não se trata de aprovar um fundo de qualquer jeito. Nós queremos aprovar um fundo com regras, com transparência e com republicanismo.

Nós queremos aprovar um fundo de forma republicana. Não queremos fugir desse debate. E foi com o maior respeito que eu citei aqui os Deputados, Deputado Júlio e Deputado Roberto Freire. Não fiz acusação a nenhum. Eu defendo uma tese, porque acho que é o melhor para o sistema, para interditar o uso e o abuso do poder econômico nas eleições municipais e estaduais do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Davidson Magalhães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - É por isso que eu sou defensor, Sr. Presidente, do financiamento público. E faço um apelo para que aprovemos essa proposta, para que o “sim” possa ganhar e para que possamos reconstruir, daqui para amanhã, o restante da pauta.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães. *(Pausa.)*

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, eu não fui ofendido, mas quero esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há Deputados esperando. Estou concedendo a palavra a cada um por 1 minuto.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesse debate, é coerente quem é contra o financiamento público mas é a favor do financiamento de empresas, aliás, o principal instrumento, a porta de entrada para a corrupção no sistema político brasileiro, o que nós precisamos combater. Agora, não é certo, do ponto de vista intelectual, honestamente, virar para o povo brasileiro e dizer: *"Eu sou contra o fundo"* e defender a utilização do Fundo Partidário, que também tem origem em recursos públicos.

Portanto, aqueles que se escondem atrás do Fundo Partidário para atacar a criação de um fundo específico para o financiamento eleitoral estão lhe enganando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado João Gualberto, por 1 minuto. *(Pausa.)*

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, apenas para esclarecer...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, acabamos de escutar o Líder do PT, que disse que defende a criação de um fundo com dinheiro do povo brasileiro para financiar campanhas, para dar mais condições de igualdade às pessoas que disputam as eleições. O.k. Está certo.



Por que V.Exas. não aprovaram o fundo no tempo em que mandavam nesta Casa, quando, segundo a Justiça e o Ministério Público, vendiam e aprovavam MP para empresários? Por quê? Agora, V.Exa. é contra.

Será que é justo o João Dória gastar do seu próprio dinheiro...

O SR. ZÉ GERALDO - O Eduardo Cunha não deixou...

O SR. JOÃO GUALBERTO - ...para se financiar? Claro!

O SR. ZÉ GERALDO - O Eduardo Cunha te mandou aqui.

O SR. JOÃO GUALBERTO - Trata-se de dinheiro limpo....

O SR. ZÉ GERALDO - A reforma foi para o Eduardo Cunha, que você apoiava.

O SR. JOÃO GUALBERTO - ...dinheiro que ele ganhou com o trabalho dele. Então é justo ele usá-lo, sim. Não é justa a forma como se fazia a campanha antigamente, com dinheiro sujo.

O SR. ZÉ GERALDO - Vá perguntar ao Eduardo Cunha.

O SR. JOÃO GUALBERTO - Calma, Deputado Zé Geraldo. V.Exa. pode falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fale um de cada vez.

O SR. JOÃO GUALBERTO - Eu não te interrompi, não. Calma! Estou falando a verdade. Espere.

Então, V.Exas., naquela época, tiveram tudo para aprovar o financiamento público. Sabe por que V.Exas. não o aprovaram? Porque tinham o dinheiro da corrupção, e hoje isso está provado

(Manifestação no plenário.)



O SR. JOÃO GUALBERTO - Então, não estou falando quem é a favor e quem é contra o fundo partidário, mas V.Exas. tiveram toda a oportunidade para aprovar aqui o que quisessem, como aprovavam as medidas provisórias vendidas para as empresas, para beneficiar os empresários.

É isso que eu quero falar para V.Exa. que vem acusando quem gasta o seu próprio dinheiro, dinheiro do seu suor, dinheiro do seu trabalho, para financiar a sua própria campanha. Quem o faz é bem diferente de V.Exas. que usavam dinheiro vindo de corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Roberto Freire foi citado.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado João Gualberto, quem tem o Senador Aécio Neves e um mar de dinheiro não pode falar em honestidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esperem um pouco.

Tem a palavra o Deputado Roberto Freire.

O SR. ASSIS CARVALHO - Vá devagar com a carruagem, porque V.Exa. sabe onde é que está a corrupção: nas malas de dinheiro do Senador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer um esclarecimento ao Deputado José Guimarães, que me citou pessoalmente. O problema não é de agressão, é de esclarecimento. Lamentavelmente está Casa acabou com os apartes. Não há o debate. Então, é preciso vir *a posteriori*.



Eu queria dizer que foi cometido um erro quando acabamos com o financiamento privado de campanha oriundo de empresas.

Quero acrescentar que sou autor de uma primeira lei que tratava disso, no longínquo ano de 1981, no século passado. Portanto, sou favorável, há muito tempo, ao financiamento público.

Cometemos um erro, permitindo que o candidato a prefeito pudesse utilizar recursos além do limite que era fixado para as pessoas físicas.

O importante era modificarmos e aprimorarmos essa legislação e não criarmos o fundo. Era só para esclarecer.

Reclamar disso era o que devíamos fazer, mudando, proibindo que candidato milionário pudesse superar e suplantar os tetos fixados para pessoa física.

O PPS concorda em votar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. SILVIO COSTA - Presidente...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria, em primeiro lugar, nesta noite, de asseverar a alta capacidade deste Parlamento de se autodestruir.

Lamentavelmente, este debate não é necessariamente partidário, porque aqui está imperando a transversalidade há algum tempo. Este é um debate sobre o custo da democracia. A capacidade que temos de nos autodestruir levará, inexoravelmente, a um abalo irreversível nas relações democráticas brasileiras.



Aqueles que partiram para a porta do Supremo e do Tribunal Superior Eleitoral — aliás, judiciários dependentes, que não aguentam esperar uma decisão política e correm para judicializar — têm que raciocinar que é isso que as forças do atraso, que os extremados querem, que este Parlamento se autodissolva, que demonstre incapacidade de decidir, de ter orientação por si próprio.

Foi isso aqui que se tentou mostrar no horário do *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, com o empurra-empurra, com a tentativa de autopromoção e da concorrência de quem é mais ético. E isso precisa ser colocado de maneira clara, porque, depois que a democracia sucumbir de vez, alguns vão se apaniguar nos braços e nas axilas de interventores ocasionais! Mas uma maioria será empurrada para a margem do processo decisório.

Esta Câmara não pode brincar com o que é sério! Não é financiamento de empresas. A democracia tem um custo! Ao mesmo tempo em que a corrupção está sendo combatida, a economia e a soberania nacional estão sucumbindo! As empresas também estão arrasadas. Como que se vai financiar a campanha? O fundo partidário existe e é público.

É uma atitude absolutamente enganosa querer dizer ao povo que não há recurso público na campanha, mas agora temos que dizer que há teto para autofinanciamento, para que os milionários que vêm nos seus aviões privados não tenham uma condição diferente de uma funcionária pública, de um jovem líder, de um operário.

Nós precisamos balizar regras minimamente justas, de igualdade de oportunidades, e o Fundo revela isso. É mentira que tira dinheiro da saúde; é mentira que tira dinheiro da educação. Sejam honestos politicamente, honestos com a



democracia, responsáveis com o destino do País. O PCdoB tem clareza, apoia o Fundo e defende a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Pastor Eurico, por um minuto somente, porque tem Líder para falar.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou aqui trazendo uma preocupação nesta Casa. Muitas coisas estão acontecendo, que vieram a este Plenário concernente... Eu quero já registrar que eu sou leigo, não entendo de cultura e nem de artes, como já foi dito aqui a todos nós que nos pronunciamos com relação às aberrações que aconteceram nestas últimas semanas.

Mas a minha preocupação com a Casa é que a coisa vem andando, Rio Grande do Sul, São Paulo, mas parece que está passando batido aqui em Brasília, a exposição, a mostra Entre Olhares e Afetos, do 50º Festival de Cinema, aqui em Brasília, patrocinado pelo Governo Federal, Ministério da Cultura, Secretaria de Cultura do Distrito Federal, PETROBRAS, BNDES, dinheiro público.

Quando falamos do desrespeito às crianças somos criticados. Mas essa mostra está aberta para as crianças participarem. E, lá, as crianças estão entrando para assistir a algumas mostras. E, pasmem V.Exas., olhem o que está passando lá em imagens: está aqui, pessoas lá, com as pernas abertas, com os órgãos genitais expostos, homens e mulheres, e estão aqui as crianças indo lá assistir, aqui em Brasília, esta semana, além de tantas outras imagens aqui que as câmeras podem mostrar. Está aqui: nudez. As crianças estão lá. Cadê os defensores das crianças? Isso é cultura? Isso é arte? Até que ponto estamos chegando?



Mas, pasmem, há lá a fotografia de um suposto Chaplin, vejam, se masturbando. Ele de um lado, uma mulher do outro. E essa mostra está lá para as crianças irem ver.

Sr. Presidente, daqui a pouco as pessoas vão vir querer fazer esse tipo de exposição aqui dentro deste plenário. Não é possível. Temos que tomar uma providência. Estão usando dinheiro público, os incentivos de recursos públicos para essas badernas, essas barbáries no Brasil. Não podemos aceitar isso. É um desrespeito. Não tem censura lá. As crianças podem entrar e ver tudo isso aqui acontecendo, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estou seguindo a ordem, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA - Mas eu não havia pedido a V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - o Deputado Júlio Cesar pediu a palavra antes e estava quieto aqui esperando ao meu lado.

O SR. SILVIO COSTA - Tá bom. Então, vou ficar quietinho aqui esperando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fica quietinho aí.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar, pela Liderança do PSD.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou no meu quinto mandato. E, durante toda a minha existência política nesta Casa, venho defendendo fundos, mas fundos que se distribuem com o povo brasileiro.



Sou municipalista, fui Prefeito, sei da importância da distribuição da carga tributária ou da arrecadação que a União faz distribuindo com os Estados e Municípios.

Sou um defensor permanente do FPM e do FPE, porque a União concentra quase 60% de tudo quanto arrecada no Brasil: os Estados com 25% e os Municípios com os restantes.

Onde é que estão os problemas do povo brasileiro? Exatamente nos Municípios. Por isso, Sr. Presidente, é que eu defendo os Municípios do Brasil.

Nós sabemos aqui, e estive hoje na Receita Federal, cobrando a arrecadação dos REFIS, que há um REFIS histórico que eles vão distribuir, entre a União, Estados e Municípios, de 1 bilhão. Mas há uma arrecadação de 5 bilhões, informou-me, hoje, a Receita Federal, do PERT, que vai ser classificada e compartilhada ainda este mês. Ouçam Srs. Prefeitos que estiveram aqui para uma audiência com o Presidente da República e não conseguiram: os Prefeitos vão ter esses recursos extras aqui, arrecadados do PERT e do REFIS.

Mas, também, Sr. Presidente, eu estive hoje em uma reunião na direção geral do Banco do Brasil. Foi na CNA, com a presença da Tereza e outros Deputados. O Presidente da CNA avaliou toda a implantação daquela Lei nº 13.340, que refinancia os débitos de quase 1 milhão de agricultores do Nordeste que, somados aos do Norte, são mais de 1 milhão e 300 mil agricultores.

Levamos as dificuldades que os agricultores estão tendo: a falta de extrato que o Banco do Brasil tem se negado a dar para conferir se aquele débito é realmente real ou se precisa ser revisto. Além disso, eu tratei no Banco do Brasil do Cadastro Ambiental Rural — CAR. Por que tratamos da Lei nº 13.340, que refinancia



os débitos dos agricultores da Resolução nº 4.591, do Banco Central, e do CAR? Porque todos os três, Sras. e Srs. Deputados, têm vigência para terminar este mês, aliás, no mês de dezembro.

Fui ver aqui as estatísticas do CAR. O que é CAR? Cadastro Ambiental Rural. O Brasil tem mais de 5 milhões de propriedades. Até agora só 4 milhões e 300 mil, e o CAR já foi prorrogado duas vezes. Aonde é que está mais avançado? Na Região Norte já fizeram 100%; na Região Sudeste já fizeram 100%; mas no Nordeste, Sras. e Srs. Deputados nordestinos, eu que sou Coordenador da bancada, apenas 77% das propriedades foram cadastradas; na Região Centro-Oeste, em que está a grande produção de grãos do nosso Estado, só tem 94%; e na Região Sul, que também é grande produtora, tem 95%.

Nós temos que fazer um trabalho muito grande, Srs. Deputados de divulgação das duas leis, da que faz renegociação e da que faz prorrogação e do Cadastro Ambiental Rural, para que os agricultores não percam a oportunidade de registrar suas propriedades.

Por último, eu quero registrar a minha grande alegria no dia de hoje de na Comissão de Finanças e de Tributação ter sido aprovado projeto que cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, que foi encaminhado pelo Governo anterior e questionado, inclusive, por membro desta Casa, por não haver compatibilidade financeira. Depois de muitos argumentos, nós convencemos os membros da Comissão de Finanças e de Tributação da importância dessa nova universidade para o Piauí.

O Delta está no Parnaíba, que faz divisa com o Ceará, com o Maranhão. Lá é um grande polo de desenvolvimento do nosso Estado e da nossa região.



O projeto já foi aprovado na Comissão de Educação, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e hoje na Comissão de Finanças e de Tributação.

Ele está seguindo já para a constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Espero que esta Casa, aquela Constituição e depois este Plenário ratifiquem aquilo que já se fez com outros Estados, inclusive mais ricos do que o nosso, e façam justiça com o Piauí, criando mais uma universidade no Estado que mais precisa de educação.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa, por 3 minutos.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sinceramente tenho horror à hipocrisia e a paladino da ética — tenho horror. De cada dez paladinos da ética, nove são pegos em uma safadeza.

Veja, eu quero me dirigir... Há um bocado de partido ali posando de paladino da ética. Como toda ausência é atrevida, há muito Presidente de partido que não está aqui. O único Presidente de partido que está posando de paladino da ética e está aqui é o Deputado Roberto Freire. E eu vou me dirigir a V.Exa., Roberto, porque eu gosto das coisas olho no olho.

Roberto, o partido de V.Exa., o PPS... *(Pausa.)* V.Exa. vai deixar que eu conclua. O partido de V.Exa., o PPS, recebeu 14 milhões 180 mil reais do fundo



partidário em 2016. O partido de V.Exa., Roberto, em 4 anos, vai receber do fundo partidário — e V.Exa. é o Presidente — mais de 50 milhões de reais.

A primeira pergunta, Deputado Roberto, é: o que você está fazendo com esse dinheiro?

Deixe-me terminar! Deixe-me terminar!

Sr. Presidente, eu quero terminar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quando ele terminar, V.Exa. fala, Deputado Roberto.

O SR. SILVIO COSTA - Segundo: todo partido político tem uma tal de uma fundação que pega 20% desse dinheiro e dá para uma tal de uma fundação fazer curso e qualificação e não sei o que lá. Vinte por cento de 50 milhões são 10 milhões de reais.

Eu quero saber, Deputado Roberto Freire, de você, que agora está posando contra o Fundo, dizendo que todo mundo que é a favor do Fundo aqui é praticamente ladrão...

Deputado Roberto, eu vou terminar! Eu vou terminar! Eu vou terminar! Eu vou terminar! Eu não sou paladino da ética, Deputado Roberto, não tenho nada contra os companheiros que têm algum problema na Justiça.

Agora, eu, Silvio Costa, podia posar de paladino da ética. Eu não estou em Lava-Jato. Eu não estou em lista de Fachin. Eu não tenho nenhum processo, Deputado Roberto.

Você já foi citado, Deputado Roberto! Você já foi citado nessas listas por aí. Você já foi citado. Veja se eu fui citado, Deputado Roberto! Veja se eu fui citado,



Deputado Roberto! Agora, não venha aqui dar aula de ética, posar de paladino da ética, não!

Eu voto a favor do Fundo porque tenho responsabilidade...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Roberto Freire foi citado...

Não, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA - Deixe-me terminar. Eu aguentei até agora! Eu aguentei calado até agora! Calado eu aguentei! Eu não sou hipócrita! Eu quero ouvir agora do Presidente do PPS, que está aqui atrás, onde ele vai prestar conta desses 50 milhões de reais do Fundo Partidário. Vai prestar conta!

E outra coisa: eu quero saber de Roberto Freire se ele assina uma CPI do fundo partidário. Esse Fundo Partidário, isso é um escândalo, Brasil! Escândalo! A maioria dos partidos mete a mão em dinheiro do Fundo Partidário.

Seu Roberto Freire, você não tem o direito de insinuar para o Brasil que quem vota a favor do Fundo é um Deputado de segunda classe.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Roberto Freire, por 3 minutos.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu, inclusive, estou impressionado como eu consegui ouvir com tranquilidade Sílvio Costa, que é um homem que em Pernambuco não merece nenhum respeito. Mas eu não vou tratá-lo como tratam os pernambucanos em



relação à sua honestidade, hombridade e outros quesitos mais. Eu vou tratar do que ele disse.

O PPS é um partido que se dá o respeito. O Tribunal Superior Eleitoral pode dar a informação do dinheiro que o PPS recebeu, onde aplicou, e nós temos ficha limpa.

Vá ao Tribunal Superior Eleitoral e deixe de bancar aqui o calhorda. Vá ao Tribunal e busque saber o que é o PPS. Não vou mandar limpar a boca, não, porque a sua não tem como limpar.

Quero dizer mais. Citados, no Brasil, são poucos os que não foram, mas eu não estou sendo processado.

E é uma citação, evidentemente, que iria ser desmascarado. Não é e não banque melhor do que ninguém, até porque já foi processado e teve que pagar custas e pagar indenização. Não banque aqui aquilo que você não é.

Eu não fiz aqui nenhuma acusação a quem quer que seja, que vota como bem entender. Se tiver alguma declaração minha em relação, menosprezando, criticando, agredindo quem está votando a favor ou contra o fundo, V.Exa. vai ter que responder na Justiça!

Eu fui até, aqui, muito complassivo para dizer que nós precisávamos discutir, sem querer colocar que era hipócrita, corrupto. Não, cada um tem o direito, aqui, de defender as suas posições. E eu sempre respeitei a posição dos outros. Respeito até a sua, aqui na Casa, fora daqui não.

E digo mais: defendo a manutenção do Fundo Partidário, do financiamento público, mas aquilo que foi utilizado e que valeu nas eleições de 2016. Se tiver que mudar, muda aquilo que foi aqui colocado como um defeito, algo absurdo, que é



permitir que candidato milionário não tenha limites na sua colocação e recursos para campanha.

Isso poderíamos estar aqui resolvendo. Não, inventamos um fundo, que evidentemente não tem explicação... E não estou agora... Vou terminar! Acho que já disse bem o que você é, inclusive repelindo esse tipo de — sei lá, não sei nem o que dizer — calhordice. Para que me chamar?

Hã?... Que não quero debater com você?... Olha aí. Lá vem o outro... E você, é muito respeitado?... Não, não adianta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Cada um fala de uma vez.

O SR. ROBERTO FREIRE - Você já falou. E a forma como você me chamou, evidentemente, está querendo pontificar. Lamentavelmente, eu tive que responder... Não, eu tinha que responder. Se você quiser... Você falou e eu falei aqui junto e até estava achando que fiquei muito calmo. Não banque brabo, que você não é...

(Manifestação no plenário: Palmas.)

Eu não. Eu não. Para com isso! Para, para com esse estreolismo. Para!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que conclua, Deputado, porque eu preciso encerrar a votação.

O SR. ROBERTO FREIRE - Quero só dizer a ele que repilo toda e qualquer insinuação agressiva, até porque ele não merece nenhum respeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todo mundo votou? Falta alguém?

(Pausa.)

Cadoça, votou ou não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*



Resultado da votação:

SIM: 223;

NÃO: 209;

ABSTENÇÕES: 3.

O TEXTO FOI MANTIDO.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, inciso I, c/c § 2º do Regimento Interno, destaque para votação em separado do inciso II, do art. 16-C da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, constante do art. 1º do PL 8703/2017 – PLS 206, de 2017, para a sua supressão do texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Deputada Carmen Zanotto está com a palavra.

A SRA. CARMEN ZANOTTO - Eu estou na tribuna, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é interessante alertar que ainda há o relatório do Deputado Vicente Candido para ser votado nesta noite. É importante alertar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos continuar aqui. Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto.



A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acabamos de ser vencidos por apenas 14 votos! O "sim" venceu por 14 votos! Mas nós temos ainda mais uma oportunidade, mais uma oportunidade de reconhecer que o País não está em condições de utilizar recursos públicos para o financiamento de campanha.

Quero aqui contraditar quem disse que nós não estamos retirando recursos da saúde e da educação votando no "sim". Estamos sim, por quê? Porque nós estamos propondo no art. 16-C, inciso II, 30% dos recursos da reserva específica de que trata o inciso II do §3º do art. 12 da Lei nº 13.473.

E o que diz esta Lei? Fala das programações decorrentes de emenda de bancada estadual de execução obrigatória. Fala dos nossos 190 milhões — que era a cota-parte de Santa Catarina para a nossa bancada —, todo ele destinado para a média e alta complexidade na saúde pública do Estado de Santa Catarina, para que lá pudéssemos retirar os pacientes que estão na fila à espera de cirurgias, de exames e de outros procedimentos, assim como dos recursos para o custeio da atenção básica.

Então dizer que não vamos retirar recursos quando estamos retirando recursos de emendas do orçamento impositivo? De emendas de bancada? Por favor! Não vamos tentar enganar aqueles que estão em casa. Vamos tentar, sim, manter cada um a sua posição. Quem é a favor que vote a favor. Mais uma vez coloque a sua digital nas nossas máquinas para que no painel apareça quem votou "sim" e quem votou "não".

Esse destaque do PPS é mais uma oportunidade que nós temos de dizer não, não e não ao financiamento público para as campanhas eleitorais. O País está



quebrado. A saúde precisa de dinheiro. A segurança pública, os presídios são uma vergonha, são piores do que qualquer chiqueiro de porco no interior deste País. E queremos recuperar os detentos. De que jeito? Mas queremos garantir recursos para as nossas campanhas. Isso é uma vergonha. Que não voltemos a esta Casa, mas não por que tivemos que usar recurso público para financiar nossas campanhas...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, para falar a favor do destaque.

V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Mais uma vez, estamos percebendo aqui os defeitos desse novo “fundão Jucá” de financiamento eleitoral.

Para edulcorar propósitos de interesse público — e repetimos que fundo público eleitoral é algo que prezamos desde que vinculados à realidade orçamentária nacional e às prioridades todas, inclusive as da política —, o PPS recomenda, e corretamente, retirar 30% das melhores emendas Parlamentares, que são as coletivas, que são as de bancada, que são as de batida gregariamente, onde o interesse maior da população prevalece, e não o interesse pontual do curral eleitoral, da fidelização do eleitor para aquele candidato A, B ou C. Ali, a emenda Parlamentar de bancada vai ser sacrificada. Dos 4,4 milhões de bancada, nós teremos 30% para esse fundo eleitoral, diante de uma realidade que, convenhamos, ninguém pode negar.



O Deputado Roberto Freire tem toda a razão: as eleições municipais do ano passado, no Brasil inteiro, em 5.567 Municípios, para eleger 58 mil Vereadores e 5.567 Prefeitos, transcorreram já sem o espúrio, o corruptor, o abusivo, o fraudador da vontade popular, ou seja, o financiamento empresarial, que muitos, a maioria aqui, ficaram viciados.

Isso acabou! E as eleições transcorreram, e os candidatos de partidos, programas e propostas conseguiram, além do Fundo Partidário, financiamento de pessoas físicas.

Alguns abusaram. Fizeram campanhas milionárias. Doria botou na campanha a sua dinheirama, amealhada ao longo da sua vida, inclusive com contratos públicos.

Nós queremos que esse fundo...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota "sim" ao texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota "sim" ao texto, pela manutenção do texto.

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*



Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

O SR. HERCULANO PASSOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT, “sim”, Sr. Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PCdoB e o PDT, “sim”.

Como vota o PV, Deputada Leandre?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV, “não”, Presidente. Vamos fazer a política de minimizar o dano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “sim”.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB libera a bancada.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSDB libera.

O SR. SIMÃO SESSIM - O PP, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, contra o texto, a favor do destaque do PPS. Participei, na bancada paraense, do esforço para ajudar as universidades e os hospitais universitários, e ao mesmo tempo uma série de Prefeituras ficavam minguando, às vezes, por 200 mil ou 300 mil reais.

Como admitir tirar 30% das emendas parlamentares em uma situação de crise em que todos os Municípios e Estados estão em situação falimentar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota o PPS? (*Pausa.*)

Como vota o Podemos? (*Pausa.*)

Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota a REDE? (*Pausa.*)

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS, Deputado Alex Manente?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS vota "não".

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, o PP.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB?



O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota a REDE? *(Pausa.)*

O PP vota “sim”. É isso, Deputado Simão Sessim?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “sim”, pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mais alguém?

O SR. FELIPE MAIA - O Democratas, Sr. Presidente.

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Podemos vota “sim”.

Como vota o Democratas?

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas concorda em compor esse fundo eleitoral com 30% das emendas de bancada dos Parlamentares. Acredito que seja uma forma de preservar o orçamento para as áreas principais e fundamentais do Brasil.

Aqui existem muitas mentiras de que esse fundo iria tirar recursos da educação, da saúde e de outras partes. Não, ele vai tirar, sim, participação das emendas de bancada dos Parlamentares.

Portanto, o Democratas, mostrando o seu compromisso com o futuro do País, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?



A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

O SR. CARLOS GOMES (PRB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com as emendas de bancada, no Rio Grande do Sul, pudemos ajudar a construir o Hospital do Câncer, concluir estradas e ampliar a Santa Casa.

Portanto, o PRB vota “não”, porque não queremos perder 30% das emendas de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

MANTIDO.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Destaque nº 3:

Requeiro, nos termos do art. 61, inciso I, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do art. 5º do PL 8.703/17, com a finalidade de sua supressão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Glauber Braga, V.Exa. tem 3 minutos.



O SR. GLAUBER BRAGA - O Deputado Chico Alencar é quem vai defender o destaque do PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - O italiano Antonio Gramsci passou muito tempo no cárcere na época do fascismo italiano e lá ele teve o tempo que nós não temos — sofrido, é verdade — para estudar muito os modelos políticos daquele momento antes da metade do século XX, que foi perigoso para a humanidade, com totalitarismos e ignorância política. Ele trouxe conceitos muito interessantes: a da pequena política, no seu intestino grosso fisiológico, e a da grande política. Hoje aqui, infelizmente, embora a discussão de financiamento público ou privado de campanha, de financiamento empresarial, que mascara a vontade popular e tira a igualdade da disputa, e de financiamento cidadão limitado devesse acontecer, nós estamos aqui, na mal chamada reforma política, discutindo grana para campanha, como reproduzir o condomínio do poder, nesse edifício segmentado e estamentado de classes quase sem trânsito e mobilidade social que existe no Brasil.

E vejam! É da pequena política, que veio de ninguém menos que Jucá, representante da política fisiológica, oligárquica, tradicional, acabar com a propaganda partidária. Preserva a eleitoral, mas aquele momento — aliás, com número menor de partidos, o que se torna mais relevante ainda, como todos queremos... Adiou-se o fim das coligações proporcionais, e elas são necessárias para decantar o quadro político inautêntico de fantasia, de partido que existe para pegar grana, de donos, de famílias que controlam, sem projeto, ideologia, visão de mundo.



Então, essas quadrilhas partidárias mal disfarçadas, com nomes até bonitos de fantasia, nomes e títulos de legendas que não correspondem à sua prática nem ao seu programa, cotidiano, legendas de aluguel — isso tudo vai diminuir. Era para ser já no ano que vem, mas ficou para 2020.

Agora, no momento nobre, assim como a emenda de bancada em relação à emenda individual, que é menor e mais serviçal do fisiologismo e do clientelismo, também a propaganda partidária fora do tempo eleitoral é virtuosa. O partido não está ali a catar votos ou convencer o eleitor, mas sim para apresentar sua proposta e seu programa. No entanto, fazendo agrado às emissoras de TV se retira do fundo exatamente a despolitização.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Para falar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)*

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Davidson Magalhães. *(Pausa.)*

Para falar a favor da matéria, tem a palavra a Deputada Luiza Erundina.

S.Exa. tem 3 minutos.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só fazer um convite. Amanhã estarei na Bahia e na sexta-feira em Sergipe fazendo uma palestra sobre a reforma tributária. Convido todos os Deputados do Estado da Bahia e do Estado de Sergipe.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
Rodrigo Maia, Presidente.*

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, há poucas horas o Supremo Tribunal Federal



aprovou a retroatividade da Lei da Ficha Limpa. Não vou entrar no mérito, Sr. Presidente, se essa retroatividade é correta ou incorreta, mas eu quero destacar que o Parlamento é sempre citado como sinônimo de balbúrdia e de confusão neste País, mas o Supremo Tribunal Federal, que poderia ter feito esse julgamento em 2015, não o fez em 2015 e permitiu que os candidatos que tinham problema anterior a 2010 fossem candidatos, fossem votados, fossem eleitos e iniciassem a sua administração, que hoje já está com 1 ano e 10 meses. E agora eles vão sair.

Isso, sem dúvida, vai trazer uma balbúrdia enorme para mais de uma centena de Municípios, com prejuízo enorme para o Brasil e para a democracia.

Era o registro que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada Luiza Erundina, V.Exa. tem 3 minutos.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, esta noite vai ficar na história desta Casa como uma das sessões mais vergonhosas da vida desta Casa Parlamentar, portanto, deste Poder.

É a prova da falência da Câmara dos Deputados, que, em 8 meses de intenso trabalho, de debates, não foi capaz de construir uma proposta de reforma política que viesse à votação em plenário e que não ficasse refém da decisão do Senado, que terminou por deliberar sobre o único ponto que de fato interessou e continua a interessar à imensa maioria desta Casa. Não vi tanto interesse a não ser no momento em que se passou a tratar da criação de um fundo de campanha eleitoral, não decidido soberanamente por esta Casa, mas por decisão do Senado, que trouxe como proposta um fundo que confisca recursos das emendas de bancada, que



estão destinados à manutenção de políticas públicas de saúde, de educação, de assistência social, na construção de creches nos Estados deste imenso País, que, por sua vez, também transferem recursos para os seus Municípios.

Lastimavelmente, Sr. Presidente, a retórica que se reproduz a cada início de Legislatura e a cada início de um novo governo — de que a reforma política é a reforma das reformas, é a mãe de todas as reformas — não passa de mero discurso, de mera retórica vazia.

Não se venha, mais uma vez, anunciar ao povo que a Casa fará uma reforma política de verdade, que dê conta de resolver as distorções do nosso sistema político. São 20 anos de tentativa e 8 meses na busca de uma saída para a crise que o País enfrenta hoje.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP orienta “sim” e pede a mesma orientação para a base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.

Orientação de bancada do PSOL.

Passo a palavra à Deputada Luiza Erundina, por 1 minuto. *(Pausa.)*



O SR. ARTHUR LIRA - “Sim” ao texto para toda a base, Sr. Presidente.

O SR. CAIO NARCIO - E o PSDB, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSOL está orientando.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Eu dizia, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que não se venha, mais uma vez, iludir a sociedade de que se fará uma reforma política nesta Casa. O povo não acreditará mais isso. Não vamos mais enganá-lo com declaração de intenções que nunca se concretizam.

Portanto, vamos sair desta noite com a certeza de que a Câmara dos Deputados, pelo menos nesta Legislatura, não deu conta da sua missão, que é apresentar à sociedade uma autêntica e competente reforma política, como a única solução, como base e saída para os graves problemas que o País enfrenta hoje do ponto de vista político, do ponto de vista institucional. Temos a lamentar isso, Sr. Presidente, e vamos mudar os rumos da vida desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pronto, Deputada. Já lhe dei mais 1 minuto, para a orientação de bancada.

Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

O SR. CAIO NARCIO - Sr. Presidente, e o PSDB?

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?



O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota "sim". E eu, Sr. Presidente, quero aproveitar para registrar o meu voto particular a favor do fundo público eleitoral, já que no momento da votação do mérito eu não estava no plenário. Quero dizer isso claramente às pessoas. Eu sou a favor do fundo.

Nós sabemos que o sistema privado faliu, e é necessário que nós experimentemos outro modelo. Eu quero, portanto, deixar claro que, mesmo não tendo votado pessoalmente na votação nominal, eu, Deputado Caio Narcio, sou a favor do fundo público, porque a democracia precisa de um meio para se sustentar, e esse foi o meio mais adequado, a alternativa que nós arrumamos ao modelo privado, que faliu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o DEM?

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota "sim", para manter o texto do Senado que assim compõe o fundo eleitoral: um percentual de 30% do valor das emendas de bancada e recursos da isenção dada hoje aos veículos de comunicação quando do período do programa eleitoral. Volto a dizer: o fundo eleitoral será composto por 30% do valor das emendas de bancada e por recursos que não eram pagos pelos veículos de comunicação. Saúde e educação terão recursos garantidos em sua integralidade.

O SR. ORLANDO SILVA - E o PCdoB, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim", porque houve um entendimento para que



votássemos o texto tal qual veio do Senado, para que possamos ter a resultante, a regulamentação da legislação eleitoral para 2018.

Eu considero que essa é uma matéria que deve ser tratada adiante, porque os programas eleitorais são instrumentos importantes para a difusão da política, dos pensamentos, dos programas dos partidos políticos.

Desse modo, essa é uma matéria sensível, mas a opção que nós fizemos foi a de constituir o fundo eleitoral com base nos recursos que hoje são manejados pela política, para não ter que sacar de recursos utilizados em políticas públicas. A opção foi dispor de recursos que são utilizados pela política, como os de programas eleitorais. Eu considero que o adequado seria fazer isso apenas nos anos eleitorais, não revogar todos os programas. Mas, considerando o momento, o PCdoB vai votar “sim”, para garantir a regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

O SR. HERCULANO PASSOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD, Sr. Presidente, encaminha “sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

A SRA. GORETE PEREIRA - O PR não vota, Presidente?

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT corrobora a fala do Líder Orlando e vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PR vota "sim".

Como vota o PSB?

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB vota "sim" também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse é um ponto onde se apresenta uma divergência concreta entre os partidos que fazem oposição ao Governo de Temer. Por quê? Porque o texto do fundo aprovado no Senado joga no processo de despolitização. Ele acaba com a propaganda partidária, que é um espaço fundamental para que possamos apresentar o nosso programa, as nossas teses, aquilo que o PSOL defende como partido político. É exatamente por esse motivo que queríamos votar, em primeiro lugar, o texto infraconstitucional da Câmara, e não esse texto do Senado Federal, que, entre outras coisas, acaba com o programa partidário brasileiro.

Por esse motivo, o PSOL vota "não".



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PV vota “sim”.

Como vota a Rede? (*Pausa.*)

Como vota o PEN? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da manutenção do texto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

MANTIDO.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esta Presidência informa que foram retirados os Destaques n^{os} 2, 4, 6, 8 e 9.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a redação final da matéria, nos termos do art. 195, § 2^o, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria vai à sanção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

Eu vou fazer uma pergunta ao Plenário. Nós temos três opções: uma, se entendermos que há quórum para isso, apesar do atraso — e a responsabilidade é minha — de votar a PEC que está na pauta. A segunda opção é abrir uma nova sessão, encaminhar o projeto relatado pelo Deputado Vicente Candido. Tudo que for



por acordo, nós vamos avançando. Quando houver uma verificação, acho que *vai ficar difícil sustentar o quórum. A terceira opção é encerrar a sessão.*

(Manifestação do plenário. Encerrar! Encerrar!)

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minuto.

Os líderes vão falar.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrado que nós fizemos um acordo de procedimento. Esse acordo, tanto para votar a PEC, o Plenário escolhe, ou para votar os destaques do texto para o Vicente Candido era para tentar votar no dia de hoje.

Se for o caso — é a opinião do Partido Progressista — de não dar quórum, ela cai naturalmente. Mas podemos tentar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É a PEC do Vicente Candido? É isso?

(Pausa.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quanto à posição do PT, nós temos posição favorável à PEC, mas, no entanto, são necessárias duas votações na Câmara e duas votações no Senado, certo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu acho que ela já veio do Senado.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Então, nós queremos aqui defender que retomemos a votação do projeto relatado pelo Deputado Vicente Candido e que façamos um esforço para terminar a votação.

Esse projeto é muito importante, e eu acho que nós temos que chegar ao fim dessa luta que foi feita pela Câmara dos Deputados. Foi um esforço não do nosso



partido, mas foi um esforço de todos os partidos para que nós pudéssemos ter mudanças positivas na lei eleitoral.

Então, eu acho que nós temos que nos esforçar. Nós já chegamos até aqui com muito mais tempo de esforço, e acho que mais um pouco não vai nos custar muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Glauber Braga, para que nós possamos ver todas posições.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSOL já queria ter votado essa matéria infraconstitucional, porque há o estabelecimento de tetos, como o teto de autofinanciamento e o teto das doações privadas.

Então, nós já queríamos que essa matéria tivesse sido votada em primeiro lugar exatamente por conta disso. Portanto, nós estamos dispostos a votar a infraconstitucional, inclusive houve um acordo que não foi cumprido quando se colocou em primeiro lugar aquilo que era proposta do Senado em detrimento da proposta infraconstitucional da Câmara. Mas estabelecer teto de financiamento privado para campanha eleitoral nós consideramos, sim, que é algo relevante, importante, e vamos estar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Então, vamos fazer isso.

O SR. HILDO ROCHA - Primeiro é a votação da infraconstitucional.

O SR. GLAUBER BRAGA - Primeiro a votação infraconstitucional do texto da Câmara.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pronunciamento



encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Requeiro que sejam inseridos nos Anais desta Casa, matéria publicada na Folha de São Paulo, de segunda-feira, 02 de outubro, de autoria do Dr. Márcio Chaer, Jornalista e assessor de clientes acusados na Operação Lava Jato, sob o tema “Vigaristas do Bem”.

Era esse nosso registro.

O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 4 de outubro, é o Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias. É em homenagem a esses importantes atores, verdadeiros guardiões do Sistema Único de Saúde (SUS), que ocupo esta Tribuna nesta data.

Gostaria de registrar minha admiração e profundo respeito pelos agentes de saúde e de combates às endemias. O labor desses trabalhadores é de uma dignidade ímpar, de fundamental importância para a efetividade do SUS. São esses agentes que fazem a ponte necessária entre os serviços de saúde da Atenção Primária à Saúde e a comunidade. São, portanto, peças de integração que fortalecem com sua atuação o direito constitucional à saúde, previsto no Artigo 196 de nossa Carta Magna, a Constituição Cidadã de 1988.

Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate a endemias são a porta do cidadão para que possam adentrar no SUS. No seu dia a dia, estão ao lado das comunidades, no bairro, cidade ou área rural, facilitando o acesso da população à saúde e prevenindo doenças.

No Brasil, são milhares desses profissionais que são recebidos nas residências da população brasileira. Eles acessam os lares das famílias em todos os cantos e regiões do país, cuidando, informando, orientando, pois que são os



cuidadores e vigilantes permanentes da saúde do nosso povo.

Aproveito esta data de hoje para reafirmar meu total e absoluto apoio a Proposta de Emenda à Constituição de número 22, de 2011. A PEC 22/2011 acrescenta parágrafos ao Artigo 198 da Constituição Federal, dispondo sobre a responsabilidade financeira da União, co-responsável pelo SUS, na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. Trata-se de um pleito antigo da categoria que aguarda apreciação e aprovação do Plenário desta Casa de Leis. É mais que urgente a readequação da remuneração dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias. Pela importância que eles detêm, pelo trabalho que realizam, em defesa do SUS, precisamos aprovar a PEC 22 e continuar na luta em defesa da valorização da categoria em nosso país!

Toda homenagem a essa categoria é justa e necessária! Parabéns a todos os agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias pelo seu Dia Nacional!

O SR. BILAC PINTO (PR-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito pesar que compartilho com os nobres colegas dessa Casa a perda do amigo e ex-deputado federal, Sebastião Navarro, cuja trajetória pública foi marcada pela honradez, retidão e garra, que também balizaram sua vida pessoal.

Mineiro da cidade de Botelhos/MG, nascido em 1937, Sebastião Navarro, começou sua carreira política como deputado federal de 1979 a 1982, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) reelegendo-se em 1983 até 1987, já pelo PDS . Nestes dois mandatos, viveu um período de intensas negociações políticas devido à



luta pela redemocratização do Brasil e destacou-se como proeminente líder político, votando em Tancredo Neves para presidente da República, no Colégio Eleitoral reunido no dia 15 de janeiro de 1985.

Foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL).

Foi eleito prefeito de Poços de Caldas (MG) pela primeira vez de 1989 a 1992. A gestão foi marcada por obras como o Terminal de Linhas Urbanas e o início da duplicação da Avenida Wenceslau Braz. Navarro ainda criou o Programa Municipal de Habitação e implantou cursos profissionalizantes de pequena duração para os jovens.

Em seguida, foi eleito deputado estadual em Minas Gerais por três mandatos, de 1995 a 1999, de 1999 a 2003 e de 2003 a 2005. Na Assembleia Legislativa, o deputado lutou pelo desenvolvimento regional. Além disso, criou o Código de Defesa do Contribuinte e a lei de apostilamento de diretores de escolas.

O segundo mandato como prefeito de Poços de Caldas ocorreu de 2005 a 2008. Durante estes quatro anos, Navarro foi responsável por diversas obras, como a Trincheira Tancredo Neves, o início do asfaltamento da estrada Poços-Palmeiral e a duplicação da Avenida Alcoa. Além disso, ainda levou para a cidade o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e o Restaurante Popular.

Depois do segundo mandato como prefeito, exerceu os cargos, no governo estadual, de presidente da Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB MG), de 2009 a 2010, e de Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana em 2010, na qual teve a honra de sucedê-lo.

Além de político, Navarro era cirurgião-dentista e produtor rural. Ao longo da carreira, publicou também o livro "Soltando as amarras", sobre a transição da



ditadura para a democracia.

Deixa viúva, Neuza Leite Navarro, e os filhos Eduardo, Sebastião e Tereza, a quem deixo meus mais sinceros sentimentos de pesar.

Era o que tinha dizer Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para quarta-feira, dia 04, às 23h34, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 8.612, de 2017 e Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015. Haverá matéria sobre a Mesa para deliberação.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 23 horas e 33 minutos.)